

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO

ALEXANDRE MARTINS VIDOR

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A CONTRIBUIÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO DESENVOLVIMENTO DE
VIAMÃO (RS)

São Leopoldo (RS)

2015

Alexandre Martins Vidor

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A CONTRIBUIÇÃO DO
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL NO DESENVOLVIMENTO DE
VIAMÃO (RS)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de
Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos.

Orientador: Angélica Massuquetti

São Leopoldo (RS)

2015

V654e Vidor, Alexandre Martins

Educação Profissional e Tecnológica: a contribuição do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no desenvolvimento de Viamão (RS) / Alexandre Martins Vidor; orientação Angélica Massuquetti. – São Leopoldo, PPGECO/UNISINOS, 2015.

64f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Economia. São Leopoldo, 2015.

1 Educação Profissional e Tecnológica 2 Institutos Federais 3 Desenvolvimento Territorial I. Massuquetti, Angélica. II. Título.

CDU 377:332

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Dissertação realizada por Alexandre Martins Vidor como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, foi submetida nesta data à banca avaliadora abaixo firmada e aprovada.

São Leopoldo, 18 de dezembro de 2015.

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Orientador – UNISINOS

Prof. Dr. Tiago Wickstrom Alves – Examinador – UNISINOS

Prof. Dr. Fernando Maccari Lara – Examinador – UNISINOS

Prof. Dr. Ely José de Mattos – Examinador – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo amor incondicional e por tornar a vida tão mais cheia de alegria; à professora e minha orientadora, Angélica Massuquetti, pelos preciosos ensinamentos, apoio e compreensão durante todo o mestrado; às professoras Flávia Werle e Janaína Ruffoni, bem como aos professores Fernando Lara, José Roberto Iglesias, Luiz Paulo Bignetti, Marcos Lélis e Tiago Wickstrom Alves, por terem ido além da mera transferência de conhecimento; à “Rede”, por ser inesgotável fonte de inspiração e de fé; aos irmãos de coração, Getúlio Ferreira e Sérgio França, pela amizade e generosidade em compartilhar a visão de “um outro mundo possível”; aos amigos, pelo incentivo e o carinho; e aos colegas, pela convivência e aprendizado.

*Educação não transforma o mundo. Educação muda
pessoas. Pessoas transformam o mundo.
(Paulo Freire)*

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar a percepção e a expectativa da contribuição do IFRS, por meio da educação profissional e tecnológica, no desenvolvimento territorial do município de Viamão (RS). A metodologia empregada foi a análise documental e bibliográfica, complementada com entrevistas semiestruturadas com gestores institucionais dos IFs, atores sociais locais e egressos dos cursos técnicos ofertados pelo campus Viamão. Foi possível evidenciar nos resultados que os IFs são responsáveis por ministrar EPT em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional. A orientação da sua oferta formativa deve estar em sintonia com a vocação e as potencialidades locais, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico do território. Além disso, se verificou percepção comum dos entrevistados de que o IF é agente do desenvolvimento territorial, embora se observe diferentes dimensões desse entendimento. No que pese haver grande expectativa quanto à contribuição do IF para o desenvolvimento de Viamão, se constatou a necessidade de maior interação entre os atores que atuam no território, ampliando a compreensão das atribuições institucionais de cada um. Por fim, o arcabouço normativo e institucional, analisado com o resultado das entrevistas, com a percepção de um conjunto representativo de atores envolvido na dinâmica territorial, evidenciou as expectativas e possibilidades de contribuições do IFRS para o desenvolvimento socioeconômico de Viamão, com vistas a superar as desigualdades existentes e promover o desenvolvimento territorial.

Palavras-chaves: Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais; Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

The aim of the study was to analyze the perception and expectation of the IFRS contribution, through professional and technological education in the territorial development of the municipality of Viamão (RS). The methodology used was a documentary and bibliographical analysis, complemented with semi-structured interviews with institutional managers of IFs, local social actors and graduates of technical courses offered by the campus Viamão. It was possible to show through the results that the IFs are responsible for providing EPT at all levels and types of education, training and they are qualifying citizens with a view to professional practice. The orientation of its training offer should be in line with the vocation and local potential in order to promote socio-economic development of the territory. In addition, it was found through common perception of respondents that the IF is an agent of territorial development, although there were different dimensions of understanding. In spite of having great expectations about the IF's contribution to the development of Viamão we found the need for greater interaction between the actors operating in the territory, expanding the understanding of the institutional functions of each. Finally, the regulatory and institutional framework, analyzed with the results of interviews with the perception of a representative set of actors involved in territorial dynamics, showed expectations and IFRS contributions of possibilities for the socioeconomic development of Viamão, in order to overcome inequalities and promote territorial development.

Keywords: Professional Education and Technology; Federal Institutes; Territorial Development.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Síntese dos estudos empíricos	28
Quadro 2: Síntese das principais ideias dos gestores institucionais	40
Quadro 3: Síntese das principais ideias dos atores sociais locais	47
Quadro 4: Síntese das principais ideias dos egressos.....	53
Tabela 1: Gestores institucionais, atores sociais locais e egressos entrevistados.....	29
Tabela 2: Cursos de formação inicial e continuada concluídos em 2014.....	31

LISTA DE SIGLAS

CEFETs: Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF: Constituição Federal
CF/88: Constituição Federal de 1988
COPERAV: Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão
EPT: Educação Profissional e Tecnológica
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF: Instituto Federal
IFs: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFAP: Instituto Federal do Amapá
IFG: Instituto Federal Goiano
IFRN: Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRS: Instituto Federal do Rio Grande do Sul
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC: Ministério da Educação
PAEG: Programa de Ação Econômica do Governo
PARFOR: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PNDR: Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RJ: Rio de Janeiro
RS: Rio Grande do Sul
RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RMPA: Região Metropolitana de Porto Alegre
SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: A CRIAÇÃO DOS IFs E A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	15
2.1 MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO DE BASE TERRITORIAL NOS IFs.....	15
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, IFs E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	20
2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS RECENTES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS IFs NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO	26
3 METODOLOGIA	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
4.1 GESTORES INSTITUCIONAIS.....	32
4.2 ATORES SOCIAIS LOCAIS.....	41
4.3 EGRESSOS	48
5 CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
ANEXOS	63

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como a constituição cidadã, trouxe um conjunto de princípios que norteiam a construção de um país soberano e essencialmente democrático. Para além da conquista da tutela dos direitos fundamentais e do exercício da cidadania, a CF/88 estabeleceu a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como se verifica do inciso III do art. 3º (BRASIL, 1988).

Em 2004, foi concebida a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), mas institucionalizada somente em 2007, com a publicação do Decreto 6.047. O enfrentamento dos desequilíbrios regionais foi apresentado como indissociável da estratégia de desenvolvimento do país, ao estabelecer, no art. 1º, como objetivo da PNDR, a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no território nacional (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, sob influência dos debates gerados a partir da ressignificação do desenvolvimento regional, deflagrado, em parte, com a promoção da PNDR, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da Lei 11.892, de 2008, responsáveis por ofertar Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Ou seja, cada Instituto Federal (IF) deve orientar a sua oferta formativa em sintonia com a vocação e às potencialidades locais, visando o desenvolvimento socioeconômico do território, nos termos dos incisos I e IV do art. 6º (BRASIL, 2008a).

Uma das finalidades dos IFs é atuar em favor do desenvolvimento local e regional, na perspectiva da construção da cidadania. Dessa forma, em sua intervenção, os IFs devem explorar, no seu *lócus* de atuação, as potencialidades de desenvolvimento, vocação produtiva, gerando a transferência de tecnologias, conhecimentos e a inserção, no mundo do trabalho, da mão de obra qualificada.

O campus Viamão, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), é resultado do processo de expansão da rede federal de EPT, iniciado em 2005 (BRASIL, 2008a). Situado na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), o município de Viamão tem uma população estimada de 251.033 mil habitantes e uma extensão territorial de 1.497.017 km² (IBGE, 2015). Sua economia é diversificada e apresenta grande potencial agropecuário, turístico, industrial e comercial.

A partir da concepção da EPT e do seu objetivo de desenvolvimento socioeconômico do território, a atuação do IFRS, por meio do campus Viamão, constitui uma nova perspectiva para a qualificação e a geração de emprego e renda na região. Em razão das finalidades que caracterizam os IFs, que ofertam EPT com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, a indagação que orienta este estudo é: a partir da concepção da EPT e da sua função no desenvolvimento territorial, qual é a percepção e a expectativa da contribuição do IFRS no desenvolvimento do município de Viamão?

Como objetivo geral, a pesquisa visa analisar a percepção e a expectativa da contribuição do IFRS, por meio da educação profissional e tecnológica, no desenvolvimento territorial do município de Viamão. Os objetivos específicos deste estudo são: examinar as concepções e diretrizes dos IFs acerca do desenvolvimento territorial; investigar os instrumentos legais e institucionais que orientam os IFs na oferta formativa, atendendo as potencialidades locais; investigar as percepções e as expectativas dos gestores institucionais dos IFs e dos atores sociais locais (dirigentes públicos e privados e associações comerciais) quanto à contribuição do IFRS no desenvolvimento de Viamão; analisar a percepção e as expectativas dos egressos do IFRS, campus de Viamão, em relação à contribuição da instituição na sua formação e atuação profissional; identificar as percepções e as expectativas dos atores sociais locais quanto à formação e atuação profissional dos egressos do IFRS, campus Viamão.

A EPT, como política orientadora dos processos de formação, que articula ciência, tecnologia e cultura na direção do progresso socioeconômico, ganha cada vez mais a atenção de estudos voltados ao desenvolvimento local, regional e nacional. Tendo em vista a criação dos IFs, como síntese de uma política pública que se caracteriza por ofertar EPT em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional em todos os

setores da economia, se impõe a necessidade de investigar o papel dessa nova institucionalidade no desenvolvimento territorial.

Desta forma, a presente pesquisa se justifica pela relevância dessa política pública, que dialoga diretamente com a pauta do desenvolvimento do território, na perspectiva de promoção das potencialidades produtivas locais. Por outro lado, no que diz respeito à escolha de Viamão, se deve pelo fato de ser o maior município em extensão territorial que compõe não só a microrregião de Porto Alegre, mas também a mesorregião metropolitana de Porto Alegre (IBGE, 2015), com um grande potencial de desenvolvimento territorial, haja vista a diversidade de vocações encontrada em seu território. Nesta esteira, em razão da importância de Viamão para a região, bem como a oportunidade de investigar as diversas percepções da política implementada pelo IFRS, por meio da implantação do campus Viamão, o estudo se mostra importante instrumento de pesquisa e monitoramento, capaz de (re)orientar possíveis ou necessários ajustes no fazer institucional.

A pesquisa está estruturada em mais três capítulos, além da Introdução e das Conclusões. No segundo capítulo, discorre-se acerca da abordagem sobre o desenvolvimento do território e dos IFs, situando os estudos empíricos recentes sobre o tema pesquisado. Após, são apresentados os procedimentos de coleta de dados e o conjunto de atores participantes da pesquisa, seguidos pelos resultados, discussões e conclusões extraídas da investigação.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: A CRIAÇÃO DOS IFs E A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O embasamento teórico-empírico que orienta o estudo está dividido em três partes: a abordagem do desenvolvimento territorial, a atuação e a contribuição dos IFs no desenvolvimento do território e a apresentação de estudos empíricos recentes sobre o tema desenvolvido.

2.1 MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO DE BASE TERRITORIAL NOS IFs

A CF/88, em seu art. 3º, tutela os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecidos como princípios constitucionais fundamentais. Dada a sua característica teleológica, eles geram eficácia a todo o ordenamento jurídico brasileiro, o que significa dizer que a norma infraconstitucional deve estar em consonância com o que o princípio determina. Em virtude da importância que o tema encerra, o legislador constituinte tutelou, como um dos objetivos fundamentais da república, no inciso III do supramencionado art. 3º, o princípio de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). Como asseverou Bercovici (2001), a CF/88 demonstrou clara preocupação com a promoção do desenvolvimento equilibrado, combatendo as disparidades regionais.

Ainda na esteira constitucional, o art. 170, ao inaugurar o capítulo referente aos princípios gerais da atividade econômica, dispôs que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social. Contudo, devem ser observados determinados princípios, tais como a soberania nacional, a propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente, a busca do pleno emprego e, sobretudo, a redução das desigualdades regionais e sociais, nos termos do inciso VII, do supramencionado art. 170 da CF/88 (BRASIL, 1988).

Grau (2013) assevera que o princípio inscrito no art. 3º, inciso III, é reafirmado no art. 170, no sentido de se tentar superar as desigualdades existentes entre as

regiões brasileiras. Alude que o enunciado reconhece a caracterização de uma realidade nacional, notadamente no que se refere à pobreza, à marginalização e às desigualdades sociais e regionais. Retrata o momento em que se evidencia um quadro de subdesenvolvimento que, todavia, se pretende reverter. Destaca que os problemas regionais não podem ser tratados dissociados de um contexto nacional, o que não significa desconhecer as especificidades regionais, mas sim que devem ser compreendidas inseridas no todo nacional.

Nesta conjuntura, com a pretensão de atender ao mandamento constitucional, em 2004, a PNDR foi instituída com o objetivo de combater as disparidades existentes entre as mais diversas regiões brasileiras, embora tenha sido institucionalizada em 2007, com a publicação do Decreto 6.047. Como se verifica do diploma legal, o enfrentamento dos desequilíbrios regionais foi apresentado como indissociável da estratégia de desenvolvimento do país, ao estabelecer, já no seu art. 1º, como objetivo da PNDR, “a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no território nacional” (BRASIL, 2007). E, desta forma, sob forte influência dos debates gerados a partir da ressignificação do desenvolvimento regional, foram criados os IFs, por meio da Lei 11.892, de 2008.

As concepções que envolvem o conceito de desenvolvimento são variadas e possuem grande interdisciplinaridade. Neste íterim, é necessário afirmar que a fluente investigação se presta a uma abordagem territorial e de desenvolvimento a partir das concepções que nortearam a implantação dos IFs, tomando por base uma análise hermenêutica da Lei 11.892, de 2008, bem como do arcabouço institucional e documental expedidos pelo Ministério da Educação (MEC), quando da apresentação das concepções e diretrizes da política pública estabelecida para a educação profissional, científica e tecnológica no país (BRASIL, 2008b).

Ao se analisar os dispositivos legais que instituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), mediante a sanção da Lei 11.892, de 2008, se verifica, numa interpretação sistemática da norma jurídica, que uma série de princípios e instrumentos foram tutelados com o intuito de concretizar ações em direção do desenvolvimento territorial. Fruto do esforço de se estabelecer um marco teórico institucional, se percebe a construção de conceitos, edificados sobre iniciativas de desenvolvimento de base territorial.

Neste sentido, ao se verificar as finalidades, características e objetivos dos IFs, consoante dispõe os art. 6º e 7º da citada Lei 11.892, de 2008, se denota que é comum encontrar adjetivações ao termo desenvolvimento, com referências ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento crítico; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento cultural; desenvolvimento humano, etc. Embora num primeiro olhar o excessivo uso de termos possa trazer incerteza conceitual¹, é na documentação institucional que se verifica que a abordagem de desenvolvimento emerge do conceito de território. Tal premissa está consubstanciada no documento “Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia”, do MEC, que abordou os aspectos teóricos que fundamentaram as finalidades dos IFs e o enfoque de desenvolvimento territorial adotado (BRASIL, 2008b).

Desta forma, é institucional o entendimento de que é no território que se materializa o desenvolvimento local e regional. Segundo as concepções e diretrizes dos IFs, explicitadas no documento institucional da lavra do MEC, o território, na perspectiva da análise social, só se torna um conceito a partir de seu uso, quando é pensado juntamente com atores que dele fazem uso. E são esses atores que exercem o diálogo com o território usado, “diálogo esse que inclui as coisas naturais e socioculturais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (BRASIL, 2008b, p. 24).

Na doutrina econômica especializada, que estuda os modelos de crescimento regional, é possível se verificar linhas argumentativas que enfocam teorias de desenvolvimento de base territorial, muito similares aos fundamentos institucionais que caracterizaram as concepções e diretrizes dos IFs. Santos (2013), ao escrever sobre a perspectiva territorialista, após relatar as suas origens históricas e o objetivo de articular a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento, faz importantes observações quanto aos fundamentos que emergem dessas teorias.

Ao dialogar com as impressões de Pedrosa (1998), Santos (2013) refere que o ponto de partida dos territorialistas se deu na crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que se fundamenta na maximização das oportunidades

¹ Schneider e Escher (2011), ao discorrerem sobre a contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural, fazem importante consideração sobre adjetivações e qualificações para a (res)significação do desenvolvimento, no sentido de que o fundamental é saber qual seu conteúdo e quais são seus sentidos. O que essa significação de desenvolvimento traz como proposta e a quem está endereçada.

econômicas, compreendidas como exógenas às estratégias dos atores do território e aos fatores socioculturais. Avalia que foi o momento que se erigiu, de forma permanente, “o território à categoria de sujeito activo de desenvolvimento” (SANTOS, 2013, p. 220).

Segundo o autor, as teorias do desenvolvimento de base territorial buscaram por respostas ao paradigma então dominante, que pressupunha, entre muitos outros aspectos: (i) a subalternização dos aspectos estruturais do desenvolvimento, como políticos, sociais e ambientais; (ii) uma visão economicista do desenvolvimento, fundamentada em processos de acumulação concentrada de capital; (iii) a preferência por investimentos em infraestruturas pesadas, sem atender aspectos qualitativos dos mercados locais de emprego; (iv) e a imposição de mecanismos de decisão centralizados. O paradigma territorialista, por sua vez, se fundamentaria no pressuposto de que o desenvolvimento é alcançado mediante a “mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações” (SANTOS, 2013, p. 221).

Ao interagir com a visão seguida por Stohr (1984), Santos (2013) destaca que os modelos de desenvolvimento territorial acentuam a inovação em nível social, político e institucional. Refere que no âmbito do território são valorizados os padrões sociais locais, como a existência de laços comunitários e espírito associativo, elementos importantes no evoluir social. Destaca que a descentralização da política de desenvolvimento territorial, além de valorizar o papel da administração pública nos níveis locais e regionais, favorece a participação das forças sociais e econômicas existentes na formulação de estratégias de ação.

O autor, ainda, chama a atenção para o fato de que as experiências de desenvolvimento territorial não obedecem a um único padrão. Entende que, primeiramente, há um enraizamento nas matrizes históricas, socioculturais, institucionais e naturais das regiões. Que é a partir desse “enraizamento territorial que começam a emergir as fontes de dinâmica de inovação e de desenvolvimento econômico” (SANTOS, 2013, p. 223).

Como fruto desse arcabouço teórico de cunho territorialista, o autor faz referência aos modelos Agropolitano e de Iniciativa Local, embora observe que tanto a justificativa teórica, como as bases de ação estratégica, são distintas umas das outras. Ao distinguir as áreas de atuação de cada modelo, refere que o desenvolvimento Agropolitano se caracteriza pelo fomento da intervenção em nível

comunitário e a procura de vantagens regionais estratégicas. Por sua vez, a Iniciativa Local se caracterizaria, principalmente, pelo fomento do espírito empresarial e pelo apoio às pequenas e médias empresas inovadoras.

Ao diferenciar os métodos adotados em cada modelo, em síntese, Santos (2013) caracteriza o desenvolvimento Agropolitano por adotar estratégias para criação de empregos, satisfação das necessidades básicas, educação comunitária e fomento das atividades ligadas ao setor residencial. No modelo de Iniciativa Local, as estratégias visariam à promoção do empreendedorismo, a incubação de empresas, a aposta em novas tecnologias e o fomento de parcerias público-privadas.

Ao analisar os modelos apresentados dentro da perspectiva territorialista, o autor conclui que o conceito de desenvolvimento sedimentou uma dimensão territorial que remete à noção de espaço vivido, um território de vida. Aponta para a valorização de formas flexíveis de organizações, que contrastem com a rigidez das formas clássicas de organização social e econômica.

De outra maneira, Zapata, Amorim e Arns (2007), ao fazerem uma abordagem acerca das estratégias de desenvolvimento territorial, trazem elementos muito similares aos fundamentos institucionais que caracterizam as concepções e diretrizes dos IFs. Sustentam que essas estratégias pretendem a construção de novo paradigma do desenvolvimento humano, a partir do desenvolvimento das pessoas, por elas e para elas. Ao discorrerem sobre o significado desse desenvolvimento endógeno, ponderam que diz respeito à melhoria da qualidade de vida da comunidade, à maior presença participativa dos indivíduos nas estruturas de poder, à compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, bem como à “igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e a construção de novos paradigmas éticos, que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, que contribuam para a felicidade e a realização humana” (ZAPATA; AMORIM; ARNS, 2007, p. 29).

Os autores chamam a atenção para importância da mobilização e da participação dos atores locais para construção de um capital social, ativo intangível que pode ser construído com a instituição de espaços entre os atores. Assim, a participação dos diferentes atores sociais, no debate dos problemas locais, contribui para a construção social do território.

Para Zapata, Amorim e Arns (2007), as iniciativas de desenvolvimento no território poderão ser representadas por meio: (1) da criação de uma institucionalidade para o desenvolvimento econômico local; (2) do fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos; (3) da coordenação de programas e instrumentos de fomento; (4) da elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento; (5) da cooperação público-privada; (6) da existência de equipes de liderança local; (7) da atitude proativa do governo local; e (8) da mobilização e participação dos atores locais.

Os autores asseveram, ainda, que a maior participação dos indivíduos na construção da agenda do desenvolvimento do território deve ter como ponto de partida a sua história, a sua cultura e o respeito pela diversidade. Os mesmos compreendem o local ou o território como lugar de vínculos culturais e afetivos, que possui ativos econômicos e sociais e, por fim, esclarecem, de igual forma, que o desenvolvimento local/territorial contempla múltiplas dimensões.

Por oportuno, dada a referência a essas múltiplas dimensões, é importante salientar que para fins do presente estudo, se consideram os conceitos de desenvolvimento territorial, local e regional como diferentes escalas geográficas. Ao se abordar ou o desenvolvimento territorial ou local, ou o regional, o território será considerado como parte de uma região. Neste sentido, se entende que o desenvolvimento territorial, uma das principais finalidades dos IFs, e que se analisa na fluente pesquisa, contribui para o desenvolvimento local, regional e nacional, implicando na redução das desigualdades econômicas e sociais entre as regiões do país.

E para entender o caminho trilhado pela rede federal de EPT, até o momento de criação dos IFs, quando institucionalizado o desenvolvimento territorial, se faz breve contextualização histórica, na perspectiva de dar significado aos conceitos de desenvolvimento aqui estudados.

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, INSTITUTOS FEDERAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A rede federal de EPT foi instituída no Brasil em 1909, por meio do Decreto 7.566, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, com a criação de

19 escolas de aprendizes artífices (BRASIL, 1909). A justificativa do Estado brasileiro para a criação desse conjunto de escolas, à época, se deu pela necessidade de prover as classes proletárias de condições que lhe garantissem o sustento, ou seja, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão adotada na fundamentação do Decreto. Neste contexto histórico, as escolas tinham associação direta à qualificação da mão de obra e com controle social, uma vez que ofertava qualificação profissional aos filhos das classes proletárias e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A partir de 1930, a economia brasileira passa por mudanças², quando há o deslocamento de investimentos antes alocados nas atividades agroexportadoras para a industrial. Esse novo momento influenciou a educação profissional brasileira, tendo a Constituição Federal (CF) de 1937 previsto expressamente o ensino técnico, profissional e industrial. Dessa forma, as escolas de aprendizes artífices foram transformadas em Liceus Industriais (BRASIL, 1937).

Em 1942, os Liceus foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas, momento em que passam a ofertar ensino e formação profissional em nível equiparado ao ensino médio. Foi quando se deu a vinculação do ensino industrial à educação formal brasileira, visto que os alunos formados nessas instituições passaram a ter o direito de ingressar no ensino superior nas áreas equivalentes a sua formação (BRASIL, 1942a; 1942b).

Nas décadas de 1950 e 1960, com acentuado investimento na infraestrutura do país, com destaque para os setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, áreas abrangidas pelo Plano de Metas (1956-1961)³, mais uma vez a educação profissional e tecnológica passa por mudanças. Essas foram influenciadas pela necessidade de formar mão de obra qualificada para os setores industriais, indispensável para aceleração do processo de industrialização. Diante da conjuntura vivenciada pelo país, foi em 1959 que as Escolas Industriais e

² É relevante destacar que a década de trinta foi marcada por uma mudança de paradigma econômico no Brasil, consequência de uma conjuntura externa de crise e defesa da renda nacional. O período foi marcado pela ruptura do modelo primário-exportador, que deu lugar ao processo que ficou conhecido como de “substituição de importações”, que segundo Tavares (1972, p. 41), é uma designação “em um sentido lato, para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial”.

³ Lafer (1997, p. 30), ao fazer menção ao Plano de Metas, considera “como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil”.

Técnicas tornaram-se autarquias com autonomia didática e de gestão e passaram a se denominar Escolas Técnicas Federais (BRASIL, 1959).

Em 1961, na Lei 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino profissional passou a ser equiparado ao ensino acadêmico. Com posteriores alterações na LDB, em 1971, o currículo do chamado 2º grau tornou obrigatório o ensino técnico-profissional, com o objetivo de aumentar sobremaneira a formação técnica, para atender a demanda de trabalho aberta pela aquecida indústria nacional (BRASIL, 1971)⁴.

Como se verifica, também o ensino técnico foi influenciado pela conjuntura econômica brasileira, impactada por um acelerado processo de industrialização. As reformas institucionais implementadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que se deu entre 1964 e 1967, exerceram forte influência sobre o crescimento ocorrido no período compreendido como “milagre econômico” (1968-1973).

As bases do crescimento acelerado se deram, principalmente, pelo aumento da demanda interna por bens de consumo duráveis, garantida pela alta concentração da renda e pela operação do sistema institucional de crédito ao consumidor, que estimulou a demanda da indústria automobilística e de outros bens duráveis de consumo; pela ampliação do setor de construção civil, impulsionado pela instituição de um sistema financeiro de habitação; pelo aumento das exportações; pela entrada de capitais estrangeiros; e pelo aumento dos investimentos. Neste contexto, mão de obra qualificada, formada nas escolas técnicas, mais do que desejável, era necessária.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Rio de Janeiro e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), nos termos da Lei 6.545 (BRASIL, 1978). Essa nova institucionalidade tinha como atribuição, inicialmente, a formação de engenheiros de operação e tecnólogos. Neste mesmo período foram criadas as Escolas Agrotécnicas Federais. Este processo de transformação institucional se consolida em 1994, quando promulgada a Lei 8.948, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 1994).

⁴ Segundo Tavares e Belluzzo (1982, p. 129), os anos compreendidos entre 1970-73, são considerados o auge do ciclo do crescimento acelerado brasileiro. Ao analisarem pesquisa realizada pela FINEP, asseveram que no período de 1971-73, os setores produtores de bens de capital atingiram uma taxa média de crescimento na ordem de 39% ao ano.

Influenciada pelos ideários filosóficos que embasam o estado mínimo e com fortes reflexos na rede federal de educação profissional e tecnológica, a Lei 8.948, de 1994, trouxe mudanças que ocasionaram consequências, principalmente, quanto ao sucateamento do ensino público federal. O art. 3º, § 5º, determinou que a expansão da oferta de EPT, mediante a criação de novas unidades de ensino pela União, “**somente** poderia ocorrer em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais”, responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1994, grifo nosso).

Em 1997, o Decreto 2.208 alterou as bases curriculares da educação profissional, ao estabelecer, em seu art. 5º, que a educação profissional de nível técnico teria organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida somente na forma sequencial ou concomitante (BRASIL, 1997). A determinação da norma impediu a oferta de ensino médio integrado ao técnico-profissional, o que acarretou consequências na formação integral do aluno oriundo das instituições de educação profissional, pois abandonada a ideia relacionada à elevação da escolaridade do indivíduo trabalhador.

No ano de 2004, a rede federal de EPT ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino. O Decreto 5.154, de 2004, revogando o Decreto 2.208, de 1997, rearticula a educação profissional técnica de nível médio integrada, retomando a trilha que forjou a rede federal (BRASIL, 2004).

Ademais, a Lei 11.195, de 2005, alterou a legislação que impedia a expansão da rede federal, tutelando, no seu art. 3º, § 5º, que a expansão da oferta de educação profissional, mediante criação de novas unidades de ensino por parte União, ocorreria, “**preferencialmente**, em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais”, que seriam responsáveis por sua manutenção e gestão (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Embora a inovação legislativa aprovada pelo Congresso Nacional tenha unicamente substituído o termo “somente” por “preferencialmente”, permitiu que fosse deflagrada a expansão da rede federal de EPT. Desde quando foi instituído o ensino técnico no Brasil, em 1909, até o início da expansão, foram criadas 140 unidades federais. Iniciada em 2005, a expansão foi responsável pela criação de 214 campi, implantados até 2010. Inaugurada uma nova fase da expansão em 2011,

foram implantados mais 208 *campi*, totalizando 422 novas unidades de educação profissional. Segundo o MEC, atualmente, a rede federal de EPT possui 562 unidades em funcionamento, consoante se infere da “evolução da expansão da rede federal” (BRASIL, 2015).

Após a criação dos IFs, em 2008, todas essas novas unidades de ensino passam a trazer consigo as concepções e diretrizes dessa nova institucionalidade, tendo como característica fundamental a oferta de EPT com ênfase no desenvolvimento socioeconômico, em sintonia com as potencialidades e vocações do território (o Anexo 1 evidencia as atuais unidades da RFEPCT).

O documento “Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”, da lavra do MEC, abordou os aspectos teóricos que fundamentaram as finalidades dos IFs e, inclusive, o enfoque de desenvolvimento territorial adotado pelos mesmos (BRASIL, 2008b).

Ao consignar a relação entre o desenvolvimento local e regional, assevera o documento que

[...] atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal [...] Pensar o local, ou seja, pensar o uso do espaço geossocial, conduz à reflexão sobre a territorialidade humana⁵ (BRASIL, 2008b, p. 24).

Ainda, ao estabelecer a comunicação entre os IFs e seu território, infere o documento que

[...] cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda [...] a razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2008b, p. 25).

⁵ A concepção de desenvolvimento é adotada a partir do conceito de território de Santos e Silveira (2008).

Nesta mesma esteira, Pacheco (2011), ao discorrer sobre a institucionalidade e a dimensão simbólica que identificam os IFs, afirma que estes surgem como autarquias, de base educacional técnica e científica, mas também humanística, encontrando na territorialidade elementos para sua definição identitária.

Ao fazer menção ao termo “territorialidade”, e também citando Santos e Silveira (2008), Pacheco esclarece que este é utilizado como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence”. Aduz ser um “sentimento de exclusividade e limite que ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado [...] mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro [...]” (PACHECO, 2011, p. 18).

Ao seguir nessa senda, o autor afirma que é necessário um diálogo vivo entre os IFs com a realidade local e regional, mas sem prescindir do que existe de universal nessa realidade, devendo-se considerar que não existem como antítese, não expressando necessariamente oposição de ideias, mas que por vezes se justapõem, permeiam-se e complementam-se. Afirma que é “na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global” (PACHECO, 2011, p. 21). O autor avalia que o caminho dessa identidade local passa por uma educação que proporcione às pessoas a capacidade de construir saberes a partir de uma prática interativa com a realidade.

Ao prosseguir na análise da intervenção dos IFs, Pacheco assevera que devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *locus*, bem como a geração e transferência de tecnologias e conhecimento e a inserção da mão de obra qualificada.

Souza e Xavier (2010, p. 11), ao discorrerem sobre o desenvolvimento e dinâmica territorial nos IFs, sustentam que

[...] ao considerar o caráter processual da construção da tecnologia e sua intrínseca relação com a sociedade reforça-se a necessidade de enfoque da dinâmica territorial, neste caso, exercida por seus atores sociais, econômicos, políticos e também institucionais, assim como suas referidas territorialidades. Daí a importância do aparato teórico-prático da abordagem territorial e do conceito de desenvolvimento territorial.

Os autores, ao referirem que o enfoque territorial do desenvolvimento tem subsidiado as políticas públicas estatais no meio rural, com destaque para o

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), argumentam que o foco do conceito de desenvolvimento territorial diz respeito aos processos de articulação dos diferentes atores sociais, econômicos e institucionais, assim como traça aspectos como participação e autonomia, bem como redes de cooperação, laços de confiança e sustentabilidade.

A relação entre educação profissional e desenvolvimento territorial pressupõe a compreensão de como as instituições de ciência e tecnologia se inserem na dinâmica sócio-territorial. Esta visão procura envolver o nível de diálogo dos IFs com os atores que atuam junto ao território. Somente com um amplo diálogo social, exercido permanentemente e em favor dos processos locais, é que o conhecimento construído se torna transformador e indutor do desenvolvimento territorial.

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS RECENTES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS IFs NO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

A importante relação estabelecida entre educação e desenvolvimento territorial, bem como os diálogos estabelecidos entre os IFs e os demais atores presentes no território, vem sendo investigada em estudos recentes.

Sampaio (2013) analisou o processo de interiorização do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), verificando se o mesmo contribuiu para a endogeneização do desenvolvimento local e territorial, realizando, inclusive, investigação acerca da absorção de egressos da instituição no mercado de trabalho. Os resultados revelaram que a política descentralizou oportunidades de trabalho e se constituiu num diferencial importante para a maioria dos egressos. No entanto, ao concluir sua análise, o autor apontou uma série de problemas estruturais encontrados na economia local, principalmente aqueles voltados à escassez de oportunidades de trabalho e valorização profissional do egresso. Ainda, asseverou a necessidade de sistematizar processos de monitoramento das condições da economia local, como forma de contribuir em reajustes da oferta de cursos e implantação de novas políticas educacionais.

Silva e Terra (2013), ao analisarem a expansão dos IFs e a relação com o desenvolvimento local e regional, investigaram se está havendo efetiva interiorização dos *campi* dos IFs, realizando um recorte regional em relação ao estado do Rio de Janeiro (RJ); se os critérios adotados levaram em consideração o desenvolvimento local e regional; e a utilização da pesquisa com egressos como instrumento metodológico para averiguar a relação da EPT com o desenvolvimento local e regional. Os resultados da análise apontam que houve a interiorização da EPT, tanto no Brasil como no RJ. Destacam que os critérios adotados pela expansão consideraram as dimensões sociais, geográficas e de desenvolvimento, e contribuíram para o desenvolvimento local e regional. Por fim, salientam que a pesquisa de egressos pode ser um instrumento metodológico fundamental para mensurar a contribuição dos IFs para o desenvolvimento local e regional, e sugerem a sua institucionalização.

Palasios (2012), ao investigar a articulação da educação profissional e o desenvolvimento territorial no âmbito do Instituto Federal Goiano (IFG), analisou a inserção e atuação do campus Ceres no desenvolvimento territorial do Vale de São Patrício, Goiás. Para tanto, empregou como metodologia a aplicação de questionários e realizou entrevistas semiestruturadas a diferentes atores e agências de desenvolvimento local/regional no âmbito do Vale de São Patrício, bem como com egressos da instituição. Os resultados demonstraram que há participação da instituição no desenvolvimento da região, embora as conclusões também tenham apontado para a ampliação do papel do IFG no seu território, notadamente diante da amplitude das atribuições que lhe confere a Lei 11.892, de 2008.

A pesquisa realizada por Moura (2010) relacionou a inserção dos IFs e o desenvolvimento local, em um estudo de caso em Laranjal do Jari, Amapá. Investigou como a inserção do Instituto Federal do Amapá (IFAP) contribuiria para o desenvolvimento do município. Para responder aos pressupostos de sua pesquisa, realizou consultas documentais e bibliográficas, participou de audiência pública e colheu depoimentos por meio de entrevistas semiestruturadas com formadores de opinião do município. Ao concluir sua análise, afirmou que os resultados obtidos permitiam dizer que os objetivos do estudo haviam sido alcançados, pois caracterizou a região, identificou as preferências de cursos pela população e verificou a percepção dos formadores de opinião quanto às questões sociais, econômicas e ambientais, além das opiniões sobre a inserção do IFAP no

desenvolvimento do município. Finaliza sua pesquisa, recomendando ações para futuros dirigentes do campus Laranjal do Jari.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos estudos apresentados nesta seção.

Quadro 1: Síntese dos estudos empíricos

Fonte	Objetivo	Local	Metodologia	Resultados
Sampaio (2013)	Verificar se o processo de interiorização do IFRN contribuiu para a endogeneização do desenvolvimento local e territorial.	Estado do Rio Grande do Norte (RN).	Entrevistas abertas e aplicação de questionários eletrônicos com perguntas fechadas.	Constatou-se a endogeneização do desenvolvimento local e territorial, embora tenham sido detectados problemas econômicos estruturais e de sistematização de processos de monitoramento local.
Silva e Terra (2013)	Investigar a interiorização dos IFs e os critérios da expansão. Analisar a pesquisa de egressos como instrumento para averiguar o desenvolvimento local e regional	Brasil e Rio de Janeiro (RJ).	Revisão documental e bibliográfica.	Constataram a interiorização e que os critérios atenderam o desenvolvimento local e regional. Pesquisa de egressos como instrumento de mensuração do desenvolvimento.
Palasios (2012)	Analisar a inserção e atuação do IF Goiano – campus Ceres – nos setores e arranjos produtivos locais e dimensionar a sua importância no desenvolvimento territorial.	Campus Ceres, Vale de São Patrício (GO).	Revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários mistos.	Constatou-se a inserção e participação do IF no desenvolvimento da região, embora se deva ampliar a sua atuação no território.
Moura (2010)	Investigar como a inserção do IFAP contribuiria para o desenvolvimento do município de Laranjal do Jari.	Laranjal do Jari (AP).	Revisão documental e bibliográfica, participação em audiência pública e realização de entrevistas semiestruturadas.	Indicação de cursos técnicos relacionados ao extrativismo de produtos florestais e ao meio ambiente, além de recomendar ações aos futuros dirigentes do IFAP.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise proposta para o fluente estudo possui semelhante base conceitual objeto dos estudos empíricos apresentados nessa seção. A referência às recentes pesquisas realizadas é instrumento de orientação, na perspectiva de mostrar os caminhos já trilhados.

De outra forma, como se depreendeu do exame das concepções e diretrizes dos IFs acerca do desenvolvimento territorial, bem como da investigação dos instrumentos legais e institucionais que orientam sua oferta formativa, em atendimento às potencialidades locais, os Institutos possuem relevante papel como agente indutor do desenvolvimento socioeconômico do território. Avançar para a análise das percepções e expectativas da contribuição do IFRS no desenvolvimento de Viamão é importante instrumento da pesquisa em curso, o que se fez nos termos da metodologia proposta.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, se propôs a realizar um estudo empírico exploratório que teve como objetivo analisar a percepção e a expectativa da contribuição do IFRS, por meio da EPT, no desenvolvimento territorial de Viamão. A análise documental e bibliográfica foi complementada com entrevistas semiestruturadas e gravadas, com tópicos de interesse definidos, com gestores institucionais dos IFs, atores sociais locais (dirigentes públicos e privados e associações comerciais) e egressos dos cursos técnicos ofertados pelo campus Viamão, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Gestores institucionais, atores sociais locais e egressos entrevistados

Entrevistados	Número de entrevistados
Gestores institucionais dos IFs	2
Atores sociais locais (dirigentes públicos e privados e associações comerciais de Viamão)	5
Egressos (cursos técnicos ministrados pelo IFRS, campus Viamão, em 2014)	4
TOTAL	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas aos gestores institucionais (Anexo 2), atores sociais locais (Anexo 3) e egressos (Anexo 4) foram realizadas de janeiro a julho de 2015, e conduzidas a partir dos seguintes tópicos:

1. Percepção e expectativas quanto às concepções e diretrizes do IFRS, contribuindo para o desenvolvimento territorial;
2. Percepção e expectativas quanto à contribuição do IFRS no desenvolvimento de Viamão;
3. Percepção e expectativas quanto à formação e atuação profissional do egresso do IFRS (exclusiva para os atores sociais locais);
4. Percepção e expectativas quanto à contribuição do IFRS na sua formação e atuação profissional (exclusiva para os egressos).

Dada a natureza da pesquisa, a abordagem utilizada foi de base qualitativa, que segundo Chizzotti (2003) recobre um campo disciplinar envolvendo as ciências humanas e sociais, onde se adota uma variedade de métodos de investigação para o estudo de fenômenos situados nos locais onde ocorrem. O objetivo é de encontrar

o sentido do fenômeno, bem como interpretar o significado que as pessoas dão a ele.

As entrevistas foram gravadas e transcritas logo depois de encerradas, passando pela conferência de fidedignidade, o que consistiu em ouvir a gravação tendo o texto transcrito em mãos, acompanhando e conferindo cada frase, mudanças de entonação, interjeições e interrupções (DUARTE, 2004). A identidade dos participantes foi preservada, ou seja, não foram divulgados nomes ou demais informações que possam identificar os envolvidos da pesquisa. Além disso, os dados obtidos foram utilizados somente para fins da pesquisa. Os procedimentos éticos seguiram as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sendo a pesquisa aprovada pelo mesmo. Após a organização das entrevistas por categorias e eixos temáticos, se fez o cruzamento desse material com o conjunto do referencial em análise.

A escolha dos entrevistados se deu em razão do papel que exercem enquanto sujeitos do território. As respectivas percepções e expectativas possibilitaram a análise e identificação dos objetivos estabelecidos no estudo, permitindo reflexões quanto às mais diversas formas de contribuição do IFRS no desenvolvimento do município de Viamão.

Os alunos egressos foram escolhidos por meio de critério de seleção, atendendo às condições objetivas de: (i) ter sido certificado como concluinte de curso técnico do campus Viamão; (ii) ser residente e trabalhar no município de Viamão; e (iii) estar disposto a ser entrevistado, tomando por base a lista de chamada por ordem alfabética.

Para delimitar o universo de alunos entrevistados, a população sujeito da pesquisa de egressos corresponde aos certificados nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de 2014, ministrados pelo campus Viamão, consoante se infere da Tabela 2.

Tabela 2: Cursos de formação inicial e continuada concluídos em 2014

Cursos FIC	Número de concluintes
Agricultor Familiar	36
Auxiliar de Secretaria Escolar	44
Inglês Básico	27
Promotor de Vendas	11
TOTAL	118

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o intuito de se obter uma amostragem por conveniência⁶, a população pesquisada contém egressos do conjunto dos cursos ministrados. Como planejamento do estudo, bem como atendendo a critério objetivo de escolha do aluno egresso, o entrevistado foi aquele que primeiro atendeu às condições descritas anteriormente.

Feitas as devidas observações, é importante salientar que as entrevistas se constituíram numa rica fonte da pesquisa, contribuindo de forma inequívoca para a construção das respostas aos objetivos propostos pelo estudo. Neste sentido, o próximo capítulo apresenta os resultados e as discussões consubstanciados na investigação.

⁶ Segundo Gil (2014), a amostragem por acessibilidade ou por conveniência é aquela em que o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo estudado. O autor ainda esclarece que este tipo de amostragem é aplicado, via de regra, em estudos exploratórios ou qualificativos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados e a discussão são realizadas com base na análise qualitativa, sendo possível caracterizar as categorias de participantes. Dessa forma, o capítulo está estruturado em três seções, distribuídas entre os gestores institucionais, os atores sociais locais e os egressos.

4.1 GESTORES INSTITUCIONAIS

O gestor institucional 1 (G1), ao responder a primeira pergunta, demonstra a importância que dá ao desenvolvimento territorial, perceptível ao afirmar que a indagação, só ela, já centralizaria todo debate sobre os IFs. No seu sentir, o desenvolvimento territorial vai muito além do próprio território onde está inserido o IF. Para o entrevistado, o território abrange uma área espacial muito maior, podendo contemplar arranjos produtivos, culturais e sociais locais do entorno.

De outra maneira, ao elencar as possíveis formas de promoção de desenvolvimento territorial pelos IFs, foi possível extrair elementos que reforçam o seu entendimento, principalmente no que tange à formação ofertada nessas instituições. Ao discorrer sobre a formação profissional e acadêmica ministrada nos IFs, o entrevistado recorda que a formação profissional se dá conjuntamente com uma formação para a cidadania, para vida. Concretiza seu entendimento ao exemplificar o funcionamento do curso técnico integrado, onde é ofertado tanto o ensino médio acadêmico quanto a formação profissional, e o aluno é formado para aliar o seu conhecimento com o mundo do trabalho. O entrevistado salienta que as pesquisas realizadas pelos IFs devem ser aplicadas dentro e fora da instituição, lembrando que elas devem ser voltadas para a solução de problemas do território e da comunidade, mediante ações de extensão da instituição.

Evoluindo na construção de sua percepção, G1 atrela as concepções e diretrizes dos IFs à temática do desenvolvimento territorial. Ao afirmar que o ensino é indissociável da pesquisa e da extensão, traz à baila fundamento essencial do arcabouço teórico que forjou os IFs. O entrevistado assevera que o desenvolvimento da solução para um problema posto pela comunidade se dá mediante a pesquisa

aplicada. Mas que é através da extensão, com a aplicação de um conhecimento vindo do ensino e dos resultados obtidos com a aplicação da pesquisa, que se transforma a realidade de uma comunidade.

Contudo, o entrevistado alerta quanto à correta atuação dos IFs. Aponta a necessidade de se avaliar “o conhecimento nato da comunidade do território” e afirma que é necessário que se conheça o território, suas realidades e potencialidades – tanto atuais quanto futuras.

Para tanto, G1 afirma que os atores internos da instituição (direção, docentes e técnicos administrativos) devem perceber que “precisam sair dos muros da instituição para conhecer essa realidade ... se inserirem nessa realidade”, com o objetivo de engendrar soluções para os problemas territoriais que estão postos, bem como induzir desenvolvimento a partir do potencial que o território possui, seja ele industrial, turístico ou cultural, muitas vezes não desenvolvido. O entrevistado aponta que o IF, para poder promover o desenvolvimento, necessita ter a percepção da realidade do território onde está inserido, visto que, “para transformar, é preciso conhecer ... e você só vai transformar se conhecer a realidade.”

O gestor institucional 2 (G2), ao discorrer sobre a primeira pergunta, avalia que a concepção de desenvolvimento territorial, na maioria das vezes, fica restrita a indicadores econômicos tradicionais. O entrevistado assevera que, ao basear o debate nas concepções e diretrizes dos IFs, é necessário atrelar o desenvolvimento territorial com o desenvolvimento humano e as potencialidades de pessoas e de regiões. O mesmo afirma que o desenvolvimento territorial é formado por um conjunto de elementos, tanto humanos como econômicos.

Ao desdobrar argumentos que englobam o entendimento do que venha a ser o desenvolvimento territorial, G2 salienta ser perceptível que atores que atuam em um mesmo território não possuem unidade quanto ao dimensionamento do que seria esse desenvolvimento. O entrevistado afirma que a percepção do desenvolvimento se dá em várias esferas e de acordo com a missão institucional de cada um. Ademais, afere a dificuldade de fazer com que os atores de uma determinada região consigam consolidar um entendimento acerca do desenvolvimento territorial de forma coletiva, pois invariavelmente os interesses são pontuais e, em determinadas situações, antagônicos.

Ao recordar do processo de implantação dos *campi* da fase II, quando da expansão da RFEPT, G2 se reporta aos procedimentos de consulta à comunidade,

fazendo alusão às audiências públicas e consultas formais aos diversos atores sociais que atuam no território de abrangência. O entrevistado sinaliza que o debate acerca do desenvolvimento territorial, em verdade, acaba por ser permeado pela avaliação de um segmento, ator ou movimento social e que essa visão certamente influencia o planejamento de atuação territorial do IF.

G2 se ressentiu do fato de não haver, em determinadas regiões, “um sentar junto ... um discutir junto” o território. O mesmo aponta que atores sociais trazem à mesa de discussão aquela que é uma demanda pontual na área de capacitação, ou de desenvolvimento para determinado setor, sem que haja um olhar na direção do que já vem sendo realizado ou desenvolvido por outras institucionalidades. Assim, G2 reflete que, por não terem clareza quanto ao papel dos IFs, atores que atuam no território priorizam estratégias de desenvolvimento imediatas, buscando soluções a demandas pontuais sem a preocupação de unificar as políticas de desenvolvimento. O entrevistado considera que “a preocupação com um desenvolvimento emergencial, sem projetar o futuro, tem sido uma das questões que mais tem impactado as discussões dos IFs” com a comunidade externa.

Ao aprofundar sua linha argumentativa, G2 remonta a linha histórica traçada pela EPT, abordando os modelos de intervenção institucional no decorrer do tempo. Traz à luz uma diferenciação que lhe pareceu importante, ao comparar as décadas de 1980 e 1990 com a que se vivencia nos dias de hoje. Refere que nas décadas pretéritas havia um modelo de intervenção institucional muito mais simples de ser aplicado e eram trabalhadas competências e habilidades para que indivíduos pudessem se integrar ao mercado de trabalho, tão somente.

Por outro lado, nos dias atuais, a intervenção institucional perpassa uma série de matizes que não apenas a qualificação profissional. Parte de uma formação cidadã “desde a concepção crítica, passando pela qualificação profissional, passando pela sua inserção nos movimentos locais e regionais, pela sua articulação e capacidade política de intervir” na sua realidade. Da supramencionada abordagem comparativa, é possível intuir que G2 objetivou demonstrar a complexibilização da nova missão institucional da EPT, visto que passou a atuar como protagonista de um desenvolvimento que abandona a lógica de atuar unicamente na formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Ao avaliar as contribuições dos IFs para o desenvolvimento territorial, na esteira da segunda pergunta, G2 reafirma as concepções e diretrizes dos IFs, cuja

finalidade de ofertar educação profissional, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional, se dá como desenvolvimento de processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais. Refere que dessa interação com a realidade emerge a “formação de uma massa crítica”, capacitada para auxiliar os municípios, os estados e o país a criar condições de desenvolvimento territorial.

Em dado momento de sua abordagem, G2 alerta quanto ao dinamismo econômico e social, capaz de deflagrar processos de estagnação de atividades industriais e de arranjos já constituídos. Ao se questionar sobre as ações que poderiam ser realizadas pelos IFs e que contribuiriam para o monitoramento do que chamou de “economia em desequilíbrio”, pondera que o fato da comunidade ter assento nos conselhos do campus, de estar vinculada aos projetos de extensão e se fazer presente no dia a dia da instituição, contribui para um diálogo permanente, embora não seja suficiente. O entrevistado assegura que é necessária uma integração “entre as comunidades e os movimentos sociais que permeiam as nossas instituições, para justamente discutir um projeto de futuro ... um projeto de desenvolvimento territorial sustentável.”

No que se refere à percepção quanto as possíveis contribuições do IF no desenvolvimento de Viamão, G1 recorda das mais diversas localidades que teve a oportunidade de acompanhar a implantação de um campus, notadamente em razão de sua atividade laboral. Primeiramente, o mesmo assevera sua percepção quanto ao impacto econômico imediato advindo da implantação em si, levando-se em conta os investimentos aportados em obras, salário de novos servidores públicos e terceirizados, bem como auxílio aos estudantes mediante pagamento de bolsas. G1 tem a percepção que houve aumento da renda e este induziu determinados setores da economia local.

Por outro lado, G1 aprofunda suas percepções ao mencionar a promoção de desenvolvimento sociocultural no diálogo com as comunidades, através de ações de extensão envolvendo a dança, a música o teatro e as culturas populares. Ao se autojustificar, expressando o porquê de ter firmado esse entendimento, recorda que os IFs possuem em seus quadros profissionais professores de música, de dança e de artes. Pontua que os IFs, ao interagir com a comunidade através de ações culturais, promove o desenvolvimento do território, em sua dimensão sociocultural, salientando a importância do fortalecimento da cultura popular local.

Ao dar prosseguimento ao raciocínio construído em torno de suas percepções, G1 refere a possível contribuição dos IFs à melhoria da qualidade da educação básica ofertada pelas escolas públicas municipais e estaduais. Em parte em razão do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), capacitação de profissionais da educação pública ofertada gratuitamente pelos IFs; em parte pela adequação de conteúdos ministrados nas áreas de português, matemática e cidadania, por instituições públicas de ensino municipais e estaduais, exigidos nos processos seletivos dos IFs.

Na percepção de G1, amparada em sua experiência como gestor, se instituiu uma concorrência entre escolas públicas estabelecidas no território, formada principalmente em decorrência do objetivo de aprovar o maior número de alunos possível nos processos seletivos para ingresso nos IFs. Essa circunstância seria mais acentuada em territórios longínquos, localizados no interior dos estados brasileiros, embora tenha notícia de concorrência similar em regiões metropolitanas. Para G1, a publicidade que noticia a aprovação de um grande número de alunos nos processos seletivos dos IFs, egressos de uma determinada escola (ou mesmo município), institui ou fortalece a imagem de qualidade junto à comunidade.

Neste íterim, mencionada concorrência seria benéfica por se constituir em verdadeiro vetor que impulsiona a qualidade do ensino público, principalmente no que diz respeito ao ensino fundamental. Uma relação virtuosa seria formada a partir dos interesses comuns de alunos, professores, gestores e prefeitos. Alunos e suas famílias pugnam por maior qualidade escolar; pressionados pela comunidade, prefeitos reclamam resultados de diretores de escola e, não raro, se propõem a negociar pautas relacionadas à melhoria do ensino, ao estabelecer contrapartidas como plano de carreira, investimentos em infraestrutura escolar e incentivos à capacitação dos profissionais em educação; professores são motivados a se capacitar e aprimorar os métodos de ensino e aprendizagem. Para G1, trata-se de uma transformação ainda silenciosa, mas que tem promovido o desenvolvimento da educação básica de inúmeros municípios.

Ao explorar as possibilidades de parcerias entre os IFs e as escolas públicas municipais e estaduais, G1 traz a expectativa de que o IFRS possa induzir a qualificação dessas redes públicas de ensino no município de Viamão, reservando a oferta de 20% das vagas para a capacitação e formação de professores, bem como

estabelecendo cooperações técnicas para uso de laboratórios, bibliotecas, promoção de feiras culturais, científicas e exposição tecnológicas.

Outro enfoque percebido na análise de conteúdo da entrevista de G1, como expectativa das contribuições do IF no desenvolvimento territorial, foi uma abordagem acerca da oportunidade de melhoria da qualidade de vida das pessoas, como consequência do desenvolvimento de tecnologias sociais. G1 assevera que embora a construção de determinadas tecnologias sociais sejam essencialmente simples, “dão resultados fantásticos” para a qualidade de vida de uma comunidade, citando o exemplo de “cisternas de placas”, que permite a estocagem de água potável durante longos períodos de seca. As tecnologias simples, como a supramencionada, “podem trazer grandes benefícios ao desenvolvimento da agricultura familiar em regiões do semiárido nordestino”, argumenta.

Uma percepção importante, presente no conteúdo da fala de G1, é o seu entendimento consolidado de que os IFs contribuem para que os indivíduos permaneçam nos locais onde nascem e vivem com suas famílias, diminuindo o êxodo de jovens para grandes centros urbanos. G1 acredita que a promoção do desenvolvimento territorial propicia qualidade de vida, educação, produção e renda para a sociedade. Alude que se as pessoas vivem bem onde estão, com qualidade de vida, renda e educação, via de regra não necessitam se deslocar para “a cidade grande” à procura do que já possuem.

De outra forma, mas em sintonia com tudo o que foi sublinhado por G1, se verifica a expectativa de que os IFs possam contribuir para o desenvolvimento do território a partir da identificação das potencialidades locais, fortalecendo os arranjos culturais, sociais e produtivos locais existentes. Não havendo arranjo produtivo, o IF deve agir como indutor do processo de desenvolvimento, tomando por base um potencial ainda não desenvolvido e a vocação territorial.

Nesta senda, reafirma o entendimento de que os atores internos dos IFs (instâncias diretivas e servidores) precisam conhecer a sua institucionalidade e seu papel junto à sociedade, para que a instituição possa ter êxito como protagonista do desenvolvimento. No mesmo contexto construído na esteira da primeira pergunta do roteiro, G1 retoma a ideia de que os IFs, para que possam contribuir para o desenvolvimento territorial, devem conhecer a realidade do território onde está inserido. E vai além: os IFs devem interagir com os atores que atuam no território, conhecendo suas realidades e suas demandas. O entrevistado acena para a

importância dos atores sociais conhecerem os IFs “por dentro”, seu potencial de formação e as pesquisas que estão sendo desenvolvidas.

Como fruto de uma experiência exitosa, G1 exalta iniciativas que promovem palestras e *workshops* institucionais, com o fito de estabelecer maior interação e entrelaçamento entre os IFs e os atores que atuam no território. Contudo, chama a atenção para o fato de que a interação não deve se dar apenas com atores sociais promotores do desenvolvimento, mas com aqueles “atores sociais que são demandados por esse desenvolvimento”.

G1 salienta que a compreensão de que os atores sociais são referenciados como pessoas das comunidades, contribui para o estabelecimento de um diálogo pautado “nas necessidades da realidade”. Para o entrevistado, “ouvir as comunidades”, trazendo os atores para dentro da instituição, resulta na integração entre os atores que atuam no território, fundamental para a transformação e o seu desenvolvimento.

Ao referir a importância da integração entre os atores sociais do território, G1 salienta que o conhecimento sobre o papel de cada um pode acarretar transformações de grande relevância. Ao dar contornos de realidade ao seu entendimento, exemplifica e supõe uma interação entre um setor empresarial que demanda mão de obra técnica ao IF, que por sua vez forma indivíduos para o mundo do trabalho. Na suposição, o setor empresarial “encomenda um apertador de parafusos”, enquanto que o IF forma o aluno-trabalhador com habilidades e competências desenvolvidas não somente para “apertar parafusos”, mas para entender o que está produzindo, para quem está produzindo e por que ele está produzindo.

Para G1, é possível conciliar as visões (escolares e de mercado) quando os atores estão integrados, na medida em que estes têm pleno conhecimento das vantagens que poderão auferir. Assim, caso o mencionado setor empresarial se depare com um trabalhador com visão crítica e conhecimento do processo produtivo, e que é capaz de opinar por melhorias, gerando inovação e desenvolvimento, é possível que mude sua visão ao perceber o quanto isso pode ser bom para sua atividade econômica. Em contrapartida, esse mesmo setor empresarial, que inaugura uma nova compreensão a partir da integração com o IF, passa a valorizar e apostar ainda mais nessa interação. G1, ao finalizar esse seu pensamento e fazendo menção aos IFs, assegura que “isso vai nos fortalecer como instituição”.

De outra maneira, ao declinar suas percepções e expectativas quanto às possíveis contribuições do IF no desenvolvimento do município de Viamão, G2 traz à discussão aspectos que merecem atenção, por serem intangíveis, pois estão no “imaginário coletivo”. Ao discorrer sobre a experiência de implantar novas unidades escolares, revela a percepção de que o IF, por ser uma instituição vinculada à administração pública federal, ingressa no imaginário das pessoas como “o próprio Estado”. O entrevistado argumenta a formação dessa percepção em virtude da União não se fazer presente em grande parte dos municípios brasileiros e que a instalação de “um ente do governo federal tem um impacto muito grande”, pois é como se a administração pública “disse para as pessoas: ‘eu estou aqui’”. G2 pondera que esta percepção traz grande expectativa.

Compartilhando de parte da percepção esboçada pelo entrevistado G1, G2 acredita que o IF pode intervir no desenvolvimento territorial, embora essa intervenção não se dê de uma hora para outra. Elucida seu entendimento ao afirmar que é a partir da interação dos atores do território, com apropriação da missão institucional de cada um, é que se dará a concretização de projetos de pesquisa e extensão, importantes vetores de promoção de desenvolvimento.

De outra maneira, G2 defende que os *campi* que compõem regiões metropolitanas, como em Viamão, devem trabalhar de forma colaborativa, como modo de ampliar a atuação institucional, constituindo um espaço que deve ser formado por docentes, técnicos administrativos, alunos e representações dos mais diversos segmentos do território, interagindo na perspectiva do desenvolvimento regional. Ainda nesse norte, considera necessária a abertura de espaços de discussão para se captar as percepções dos atores sociais, possibilitando maior integração.

G2 aborda aspectos relacionados à integração dos atores do território, principalmente no sentido de que a interação institucional permite que o conhecimento trafegue entre os atores, gerando colaboração entre os envolvidos. Cita como *case* de sucesso o atendimento dado pelos IFs aos refugiados de guerras, perseguição religiosa e calamidades públicas, que encontraram no Brasil a sua nova morada. Relata que a crise migratória impõe ações integradas, uma vez que os indivíduos que se encontram nessas condições necessitam de atendimento interinstitucional, como acesso ao sistema público de saúde, aos órgãos relacionados ao trabalho e emprego, habitação, entre muitos outros. O entrevistado

afirma que cursos de FIC de língua portuguesa para estrangeiros, ministrados pelos IFs, foram de grande ajuda para que esses imigrantes pudessem se comunicar e interagir com a sociedade.

G2 afirma acreditar que mesmo para a solução de problemas emergenciais, a partir do conhecimento do papel de cada ator social, é que são engendradas as soluções mais eficazes aos dilemas do território. O entrevistado acredita que a integração do conhecimento permite a promoção de estratégias de desenvolvimento para atender a questão territorial. Assim, pontua a necessidade de discussão permanente com a comunidade, para que todos os atores possam conhecer as peculiaridades de cada um.

O Quadro 2 apresenta uma síntese das principais ideias traçadas por G1 e G2.

Quadro 2: Síntese das principais ideias dos gestores institucionais

Gestor institucional 1 (G1)	Gestor institucional 2 (G2)
<p>1. A busca de soluções aos problemas postos pela comunidade se dá por ações integradas do IF, mediante indissociabilidade do ensino, a pesquisa aplicada e a extensão. Necessidade de conhecer as realidades e potencialidades do território para desenvolvê-lo. Ideia de que para transformar é necessário conhecer. Conhecimento do território leva à indução do desenvolvimento a partir das suas potencialidades, tanto atuais quanto futuras;</p> <p>2. Percepção e expectativa de melhoria na qualidade da educação básica ofertada pelas escolas públicas municipais e estaduais, no estabelecimento de cooperações técnicas; e a percepção de que os IFs contribuem para que os indivíduos permaneçam nos locais onde nascem e vivem com suas famílias, diminuindo o êxodo para grandes centros urbanos;</p> <p>3. Expectativa de desenvolvimento do território a partir da identificação das potencialidades locais, fortalecendo os arranjos existentes. Não havendo arranjo produtivo, o IF deve agir como indutor do processo de desenvolvimento, tomando por base um potencial ainda não desenvolvido e a vocação territorial;</p> <p>4. A interação não deve se dar apenas com atores sociais promotores do desenvolvimento, mas com aqueles que são demandados por esse desenvolvimento. A integração entre o IF e os demais atores que atuam no território é fundamental para a transformação e o desenvolvimento do território.</p>	<p>1. Percepção de que o desenvolvimento territorial envolve uma série de matizes, fazendo parte a formação do indivíduo, a qualificação profissional, a capacidade crítica, inserção social nos movimentos locais e regionais;</p> <p>2. A interação entre os IFs, a comunidade e os atores sociais locais, contribui para o diálogo permanente de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável;</p> <p>3. Percepção de que a partir da interação dos atores, com apropriação da missão institucional de cada um, é que se dará o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão; e a expectativa de que o IF, ao se constituir em espaço institucional de diálogo entre os atores do território, interaja na perspectiva do desenvolvimento de toda região;</p> <p>4. A interação institucional permite que o conhecimento trafegue entre os atores, gerando colaboração entre os envolvidos. Necessidade de discussão permanente com a comunidade, para que todos os atores possam conhecer as peculiaridades de cada um.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como se constata da análise qualitativa realizada, os gestores institucionais possuem percepções e expectativas muito semelhantes, e por vezes complementares, quanto à contribuição do IFRS no desenvolvimento viamonense. As principais ideias traçadas pelos entrevistados, sintetizadas no Quadro 2, estão de acordo com os referenciais examinados no conjunto normativo (BRASIL, 2008a) e institucional (BRASIL, 2008b), bem como dialogam com os argumentos firmados por Pacheco (2011) e Santos (2013), no sentido de que o desenvolvimento territorial

emerge de uma noção de espaço vivido, com a interação social dos atores que atuam no território, identificando suas vocações e potencialidades locais. Ao dar prosseguimento à investigação proposta, se analisa, na próxima seção, as percepções e expectativas dos atores sociais locais entrevistados.

4.2 ATORES SOCIAIS LOCAIS

O ator social local 1 (A1), ao discorrer sobre seu entendimento de desenvolvimento territorial, afirma que este prescinde de organização e equilíbrio entre suas mais diversas interfaces. No esboço de sua noção de desenvolvimento, manifesta a necessidade de expansão do conhecimento, integrando não somente as culturas e a produção, mas “as instituições, o produtor, o cidadão”. A1 vê o desenvolvimento territorial como o progresso do conjunto dos segmentos que compõem o território, com “participação efetiva e empoderamento” de todos os seus atores.

Ainda, percebe o IF como importante institucionalidade promotora do desenvolvimento, podendo contribuir nas mais variadas dimensões, mas principalmente como consequência das ações de ensino, pesquisa e extensão no município de Viamão. Assinala que a capacidade técnica de servidores públicos vinculados ao IFRS, muitos dos quais teve a oportunidade de realizar cooperação técnica, pode contribuir na qualificação e aprendizado de outras instituições do município, ao interagir na busca da solução dos problemas do território.

Por outro lado, ao referir algumas de suas expectativas quanto à contribuição do IFRS para o desenvolvimento de Viamão, menciona a implantação dos cursos superiores pelo IFRS (por ser a primeira instituição pública federal que atua e oferta ensino superior em Viamão); a ampliação de cursos ministrados diretamente na comunidade (fora do ambiente escolar), como forma de resgate e incentivo aos estudantes que não possuem condições de ir ao campus; e a capacitação técnica de outros atores sociais que atuam no território, mediante oferta de treinamentos pelo IF. A1 reforça sua percepção de que a política do IF de ir ao campo (fazendo menção ao curso de agricultor familiar), e ministrar os cursos na comunidade, permite que pessoas em condições de vulnerabilidade extrema tenham oportunidade de estudar e se capacitar.

Em outra abordagem, o ator social local 2 (A2), na esteira do seu entendimento de desenvolvimento territorial, é assertivo ao dizer que é sinônimo de “geração de emprego e renda em uma determinada região”. Ao prosseguir na construção da sua compreensão, pontua que o desenvolvimento territorial está relacionado “com o desenvolvimento de empresas que proporcionam o emprego e consequentemente a renda”.

No mesmo diapasão, avalia que a promoção do desenvolvimento territorial tem como preceito uma política de atração de empresas e indução de empreendedorismo dentro de uma dada região, voltada para o emprego. Argumenta que o emprego gera a renda, que por consequência implica no aumento na qualidade de vida.

A2 ainda revela sua percepção de que o IF possui função fundamental no desenvolvimento de Viamão, especialmente se cumprir seu papel de instituição pública especializada em formação técnica, gratuita e com qualidade. Declara sua expectativa de que o IF atenda esse objetivo, pois “está devolvendo à sociedade empresarial gente qualificada, utilizando aquele dinheiro que foi pago com o tributo”.

O entrevistado salienta conhecer a história dos IFs e que estes qualificam mais do que o ensino fundamental e médio, além de corrigir eventuais problemas na formação dos alunos que intencionam cursar uma graduação. Ao complementar seu entendimento, A2 evidencia sua expectativa quanto à oferta de cursos pós-médios, pois capacitam jovens em curto espaço de tempo, diferentemente dos cursos de ensino superior. O mesmo afirma que os jovens que se qualificam através de cursos técnicos podem ser aproveitados mais cedo pelas empresas, constituindo-se em mão de obra qualificada para a atividade empresarial.

Além da abordagem relacionada à constituição de mão de obra qualificada para as empresas de Viamão, A2 destaca que a formação técnica adequada aos jovens da comunidade permite complementar políticas de atração de empresas. Afirma que o município de Viamão deixa de atrair novas empresas por não possuir, no território, mão de obra especializada e que esse contexto poderá ser alterado com a implantação do IF.

Em outro viés, o ator social local 3 (A3), ao delinear sua compreensão de desenvolvimento territorial, contextualiza sua concepção na história de Viamão, especialmente ao recordar um passado de guerras, travadas durante a revolução

farroupilha. O entrevistado acredita que o município teve seu desenvolvimento atrasado por conta disso.

Para A3, o desenvolvimento territorial se constrói a partir de investimentos em educação, tecnologia, política de atração de indústrias e geração de empregos. O entrevistado enfatiza ser urgente “desenvolver uma vocação para nosso município”, referindo-se a Viamão. Afirma que “a maior chaga de Viamão é a falta de empregos”. O mesmo assegura que esta conjuntura impõe a 80 mil cidadãos viamonenses a necessidade de trabalhar em Porto Alegre, o que acarreta o desaquecimento do comércio interno e consequente subdesenvolvimento local. A3 sublinha que é este enredo socioeconômico que leva Viamão a ser uma “cidade dormitório”.

Ao apresentar suas percepções e expectativas, no bojo de sua resposta acerca das contribuições do IFRS no desenvolvimento de Viamão, A3 aduz que o conhecimento trazido pelo campus é importante para a qualificação de jovens, especialmente os que se encontram em vulnerabilidade social. Reitera sua compreensão de que a qualificação da mão de obra local, tornando-a bem treinada, atrai novas indústrias.

Contudo, indica sua expectativa de que o IF não siga “o mesmo padrão da UFRGS, onde está capacitando o filho do rico”. O entrevistado defende que o IF deve capacitar apenas indivíduos em vulnerabilidade social, com vistas a não competir com empresas que ofertam educação profissional na iniciativa privada. O mesmo rejeita a hipótese de que o IF deva ofertar formação técnica gratuita a pessoas que possuem condições de arcar com as despesas de seus estudos e avalia que o IF não deve “desequilibrar as regras do mercado”.

Na mesma linha argumentativa, A3 relata que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁷ se constituiu em “uma questão muito séria” em Viamão, uma vez que “tem tirado muito aluno da rede privada de ensino”. O entrevistado tem a expectativa de que o IFRS encontre um “caminho de ser parceiro da iniciativa privada”.

Outros aspectos a serem levados em conta foram trazidos pelo ator social local 4 (A4). Ao esclarecer sua concepção de desenvolvimento territorial, afirma que

⁷ O PRONATEC foi criado por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público (BRASIL, 2011).

este pressupõe “o desenvolvimento humano, as relações sociais, o desenvolvimento econômico, a intervenção e a relação com a natureza e o meio ambiente”.

O entrevistado sustenta que o desenvolvimento territorial é essencialmente baseado no desenvolvimento humano, pois são “os seres humanos que fazem a economia andar; são os seres humanos que convivem; são os seres humanos que melhoram ou dificultam suas vidas”.

Ao adentrar ainda mais nas percepções que formam sua compreensão sobre o tema, A4 traça a relação que acredita existir entre o desenvolvimento territorial e a evolução das potencialidades humanas, “a partir do pensamento, do conhecimento, da informação, da concepção do conceito, do otimismo que pode fazer com que o território possa se desenvolver”. O entrevistado supõe que “o desenvolvimento do emprego, da renda do capital, só têm fundamento, só é importante para os seres humanos, se ajudar a viverem melhor”.

A4 recorda que participou efetivamente das audiências públicas promovidas pelo IF, oportunidades onde foram debatidas as potencialidades do território, identificando os cursos que seriam mais adequados para atender “a base natural ou de produção da cidade”. Na ocasião, firmou convicção quanto à relevância da implantação do IF no município de Viamão, principalmente no que diz respeito à formação de mão de obra qualificada e à elevação de escolaridade dos jovens, levando-se em conta a vocação do território.

Ademais, enfatiza acreditar que o IF traz contribuições importantes para o desenvolvimento territorial, especialmente quando institui pesquisas aplicadas voltadas ao aproveitamento das potencialidades de Viamão. A4 percebe o IF como uma instituição indutora do desenvolvimento da vocação do território, com a oferta de cursos voltados às suas potencialidades. De outra forma, discorre sobre sua expectativa de que o IF possa desenvolver a cadeia produtiva existente no território, através de planejamento, organização e melhoria dos processos.

Ainda fazendo referência às contribuições do IF ao desenvolvimento de Viamão, A4 disserta sobre a organização de cooperativas rurais no município, incentivando a produção rural em áreas de assentamento, citando o exemplo da Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV), localizada no assentamento denominado “Filhos de Sepé”. O entrevistado afirma que a oferta do curso de agricultor familiar, ministrado no próprio assentamento, foi importante iniciativa de desenvolvimento local, contribuindo para que a produção

fosse feita “de forma mais eficiente, mais econômica, com melhor qualidade para a população aqui da região metropolitana”.

No tocante ao ator social local 5 (A5), ao dimensionar sua compreensão de desenvolvimento territorial, afirma que pressupõe “desenvolver o local onde as pessoas vivem, onde a comunidade está inserida”. Avalia que o desenvolvimento territorial apresenta vários aspectos, elencando os relacionados à economia, ao trabalho, à educação, à saúde e aqueles inerentes e próprios do convívio social.

Indo além, observa que a promoção do desenvolvimento deve estar mais relacionada à prosperidade “de toda a comunidade ... das famílias ... das pessoas que estão ao seu redor. Tem que ser de forma igualitária, onde todas as pessoas que estão envolvidas se desenvolvam”.

Ao dar seguimento à elaboração da sua percepção, sustenta que o desenvolvimento deve atender aos indivíduos de todas as classes sociais, indistintamente. Tem a percepção de que o IF está oportunizando as pessoas que não tinham a chance de estudar, ou que não tiveram uma formação técnica adequada, de se inserirem neste contexto e de se desenvolverem com elevação de escolaridade e qualificação profissional.

Ao se investigar as percepções dos atores sociais quanto à formação e atuação profissional dos egressos do IFRS, campus Viamão, A1, A2 e A3 afirmam não conhecer os alunos egressos dos cursos ofertados no decorrer de 2014, consoante os termos propostos pelo estudo em análise. Contudo, afirmam terem conhecimento da formação ministrada pelos IFs e apresentam expectativas quanto à formação de mão de obra qualificada, voltadas para as potencialidades do território.

De outra maneira, A4 e A5 afirmaram conhecer alunos egressos dos cursos de auxiliar de secretaria escolar e de agricultura familiar. A4 avalia que a atuação dos alunos egressos do curso de auxiliar de secretaria escolar teve uma melhoria significativa, principalmente nas questões que envolvem organização interna e registros acadêmicos. Além disso, ressalta a percepção de que a formação permitiu que o egresso se distinguisse “como um agente que auxilia as pessoas a viver melhor”.

A5 informa conviver com vários alunos egressos do curso de agricultura familiar e avalia que a formação adquirida os incentivou a desenvolver projetos nas suas unidades de terra familiares, aperfeiçoando e gerando novas linhas de

produção. Além disso, o curso serviu de estímulo para que outras pessoas do assentamento voltassem a estudar.

Ao versar sobre a forma que o IFRS deve interagir com a instituição que representa, A1 declina a expectativa de estabelecer maior interação para formação e capacitação dos profissionais que laboram na instituição que gerencia. De outro modo, sublinha a necessidade de se constituir cooperação técnica envolvendo pesquisas aplicadas, de forma a solucionar problemas vivenciados na sua atividade econômica.

Ao fazer abordagem final, A2 considerou importante dizer que o campus Viamão, do IFRS, é diferenciado por estar localizado dentro de um Parque Tecnológico. Aduz que é uma experiência única e que está criando uma grande expectativa. O entrevistado acredita que a interação acarretará em grande aprendizado, pois possibilita a qualificação da comunidade e a oferta de trabalho em um mesmo ambiente.

Na esteira da forma de como o IF deve interagir com a instituição que representa, com vistas ao desenvolvimento de Viamão, A3 reafirma a expectativa de estabelecer uma parceria público-privada. Ao recordar do depoimento que firmou em relação ao PRONATEC, argumenta que o IF deve procurar as associações comerciais e estabelecer parcerias, pois estas podem ser muito importantes em momentos em que “o mercado não está receptivo”.

A3 alerta que o IF, ao ofertar qualificação profissional gratuita, “pode gerar ruído” ao afetar instituições privadas que ofertam o mesmo produto. Nesse sentido, avalia como primordial a efetivação de parceria do seu segmento institucional com os governos municipal, estadual e federal, no sentido de viabilizar o investimento de recursos públicos no setor privado, mês a mês, que se constituiria em “fôlego necessário para manter o negócio respirando em épocas de crise”. Por derradeiro, A3 avalia a possibilidade do IF ofertar patrocínios, palestras e *workshops*, como forma de fomentar e levar clientes para os negócios estabelecidos no município.

Ao referir a visão que possui sobre a forma que o IF deve interagir com a sua institucionalidade, A4 analisa que o campus já vem interagindo com o que chamou de “forças vivas da sociedade”. Acredita que a interação entre os atores é necessária para o planejamento de um desenvolvimento sustentável do território.

Para tanto, pensa em ser oportuno envolver todos os atores que atuam nesse contexto, abrangendo as pessoas, as instituições e as empresas. Fala da

necessidade de estabelecer um conselho de desenvolvimento, para que o IF e os demais atores que atuam na sociedade possam debater e contribuir para a promoção do desenvolvimento territorial.

As expectativas de interação elencadas por A5 dizem respeito a ações envolvendo pesquisas aplicadas e de extensão. Afirma que o IF, ao realizar ações na comunidade, facilita o acesso dos trabalhadores ao conhecimento, pois presente no seu próprio ambiente. Salienta que a agricultura é uma atividade muito intensa e desgastante, o que gera inúmeras necessidades e dificuldades. Uma delas é esforço de deslocamento até uma instituição de ensino. Nesse sentido, tem a expectativa de ampliação de ações que impliquem na ida do IF até o espaço comunitário, com vistas a satisfazer necessidades básicas de formação e capacitação. Além disso, reflete sobre outras formas de interação, mencionando o desenvolvimento de agroindústrias.

O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais ideias traçadas pelos atores sociais locais.

Quadro 3: Síntese das principais ideias dos atores sociais locais

Ator social local 1 (A1)	Ator social local 2 (A2)	Ator social local 3 (A3)	Ator social local 4 (A4)	Ator social local 5 (A5)
<p>1. Desenvolvimento territorial como desenvolvimento da produção, dos indivíduos, das instituições e do conhecimento de forma organizada e equilibrada;</p> <p>2. IF como indutor de desenvolvimento, podendo contribuir com ações de ensino, pesquisa e extensão na região.</p> <p>3. Não conhece aluno egresso, embora tenha expectativas quanto à formação de mão de obra qualificada;</p> <p>4. Expectativa de interação na formação e capacitação profissional; de cooperação técnica para pesquisas aplicadas, contribuindo para conhecer as realidades locais e desenvolver soluções.</p>	<p>1. Desenvolvimento territorial é geração de emprego e renda em uma determinada região. Pressupõe uma política de atração de empresas e indução de empreendedorismo;</p> <p>2. O IF cumpre com o seu objetivo se faz bem o seu papel de formação técnica; qualificação adequada permite completar a política de atração de empresas;</p> <p>3. Não conhece aluno egresso, embora tenha expectativas quanto à formação de mão de obra qualificada;</p> <p>4. A interação leva a grande aprendizado, pois possibilita a qualificação da comunidade e a oferta de trabalho num mesmo ambiente.</p>	<p>1. Dá-se o desenvolvimento territorial a partir de investimentos em educação, tecnologia, atração de indústrias e geração de empregos;</p> <p>2. Conhecimento trazido pelo IF é importante para a qualificação de jovens em vulnerabilidade social; expectativa de que o IF se torne parceiro da iniciativa privada;</p> <p>3. Não conhece aluno egresso, embora tenha expectativas quanto à formação de mão de obra qualificada;</p> <p>4. Estabelecimento de parcerias público-privadas; o IF deve fomentar e levar clientes para os negócios estabelecidos em Viamão.</p>	<p>1. Desenvolvimento territorial inclui o desenvolvimento humano, as relações sociais, desenvolvimento econômico, a intervenção/relação com a natureza e o meio ambiente;</p> <p>2. Percepção de que o IF traz contribuições para o desenvolvimento do território, principalmente na formação de mão de obra qualificada e no desenvolvimento de pesquisas aplicadas;</p> <p>3. Conhece egressos do curso de auxiliar de secretaria escolar e percebe melhorias na organização e na formação de consciência;</p> <p>4. Necessidade de estabelecer um conselho composto pelos atores que atuam no território.</p>	<p>1. Desenvolvimento territorial é desenvolver o local onde as pessoas vivem;</p> <p>2. Percepção de que o IF auxilia no acesso à formação e capacitação ao atender diretamente nas comunidades;</p> <p>3. Conhece alunos egressos do curso de Agricultura Familiar. Que a formação estimulou o aperfeiçoamento de processos e criação de novos produtos;</p> <p>4. Expectativa de ampliação das ações de pesquisa e extensão na comunidade, bem como ações de desenvolvimento da agroindústria.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Como se verifica da análise das percepções e expectativas dos atores sociais locais, especialmente quanto à contribuição do IFRS no desenvolvimento territorial de Viamão, se percebe nítida compreensão dos entrevistados quanto às finalidades do IFRS como agente de desenvolvimento local, embora se observe diferentes dimensões desse entendimento, com ênfase à formação da mão de obra qualificada. Ao se analisar as expectativas elencadas, no que pese dialogarem com muitas das finalidades caracterizadas pelos IFs, se verifica limitação na compreensão das inúmeras possibilidades de interação entre os atores que atuam no território, consequência provável da falta de integração institucional, natural dentro da conjuntura de implantação do campus.

4.3 EGRESSOS

No que se refere às entrevistas aplicadas à categoria de egressos, é importante sinalar que foram conduzidas a partir de tópicos, no intuito de investigar a percepção e expectativas quanto à contribuição do IFRS na sua formação e atuação profissional, o que corresponde a um dos objetivos específicos desta pesquisa, consoante proposto na metodologia do estudo. Assim, os tópicos do roteiro foram estabelecidos para compreender os aspectos principais que devem ser analisados e que respondem aos objetivos da pesquisa.

Por outro lado, é necessário reconhecer que os tópicos, como formulados e estabelecidos no roteiro, permitiram que entrevistados respondessem de forma lacônica, embora eventualmente o entrevistador incentivasse uma nova abordagem sobre o questionamento. Desta forma, houve limitação de uma análise em profundidade pelos tópicos estabelecidos no roteiro, embora não tenha havido prejuízo na análise da percepção e as expectativas dos egressos em relação à contribuição da instituição na sua formação e atuação profissional, nos exatos termos estabelecidos como objetivos específicos da pesquisa.

Feitas essas considerações, e reafirmando que a análise foi realizada para responder ao objetivo proposto pelo estudo, é relevante estabelecer que os tópicos são organizados pelos temas (1) formação e (2) atuação profissional, inclusive para sintetizar as principais ideias trazidas pelos egressos entrevistados, como forma de compor uma relação com os questionamentos realizados.

Nesse sentido, o Egresso 1 (E1), ao falar das suas percepções e expectativas quanto a contribuição do IF na sua formação e atuação profissional, afirma que o curso realizado proporcionou uma melhor instrução, pois foi aplicada no seu dia a dia. O entrevistado relata que sua formação serviu tanto para poder entender a lógica da sua atividade, como para ampliar sua capacidade de trabalho. Especifica a facilidade que adquiriu, após a realização do curso, em fazer uso de *softwares* e conteúdos digitais. Aduz que o conhecimento lhe permitiu o manejo de sistemas operacionais de relevância comercial.

O mesmo avalia que o conhecimento teórico e a aprendizagem atenderam suas expectativas, uma vez que possibilitaram que explorasse novas possibilidades de trabalho. Ao relatar suas percepções quanto ao curso ministrado, avalia que foi importante na sua vida. Vê como inovadora a ação realizada pelo IF no município de Viamão, uma vez que a oferta é gratuita e tem qualidade e que não conseguiria se matricular se o curso fosse pago. O entrevistado acredita que a criação de novos cursos técnicos será importante para o desenvolvimento do município, visto sua percepção de que as pessoas procuram instituições de outros municípios por falta de opção.

O Egresso 2 (E2), ao falar sobre a contribuição do curso em sua formação, relata que ao iniciar as aulas, estava sem trabalho e enfrentando dificuldades. Foi em razão desse contexto que decidiu frequentar cursos de qualificação profissional, com o objetivo de aprimorar suas habilidades e ampliar as oportunidades de trabalho.

O mesmo relata que atualizou o seu currículo - com a ajuda de colegas - e incluiu sua condição de discente do IF. Confidencia que já nas primeiras semanas de aula havia agendado uma série de entrevistas. E2 afirma que não chegou a comparecer na segunda entrevista, pois teve a felicidade de ser contratado pela primeira empresa que lhe entrevistou. O entrevistado assegura que além do próprio esforço pessoal, a conquista do posto de trabalho está relacionada à qualidade da formação que já vinha adquirindo, aliada à imagem que o IF goza no meio empresarial.

Passados vários meses da conclusão do curso, E2 salienta que sua formação técnica lhe proporcionou visão mais acurada do mercado (que muda a cada instante) e conhecimento necessário para acesso e permanência no emprego.

Conhecimento e professores bem preparados e atualizados contribuíram para o aprimoramento das suas habilidades.

De outra forma, o Egresso 3 (E3) declara que a principal contribuição proporcionada pela formação técnica se refere ao aprimoramento da compreensão da sua prática laboral. O mesmo revela que a formação adquirida apresentou conteúdos específicos, relacionados a atividades práticas, que o ajudaram a enxergar melhor o impacto do seu trabalho e o próprio ambiente onde o exerce.

Além de ter sido qualificado para a realização das suas atividades funcionais, o entrevistado passou a compreender o ambiente de trabalho como acolhedor, o que contribuiu na convivência com o conjunto dos colegas e com a comunidade que atende. E3 avalia que a integração dos conhecimentos teóricos e práticos, ministrados e exercitados durante sua formação, contribuiu para o aprimoramento da sua atuação profissional, bem como foi importante para escolhas que precisou fazer na sua vida pessoal.

Ao externar suas percepções quanto à contribuição do IF na sua formação e atuação profissional, o Egresso 4 (E4) refere que o simples fato de ter voltado a estudar, após muito tempo longe do ambiente escolar, teve um impacto muito grande em sua vida. Diz que mesmo após 50 anos de atuação profissional, tem a percepção de que sempre vai aprender alguma coisa.

Avaliando os aspectos da formação proporcionada no curso que frequentou, pondera que aprendeu novas tecnologias e que considera importante o alinhamento dos conhecimentos teóricos com os práticos. Afirma que apesar da sua experiência profissional, o aprendizado de novas técnicas, de novas culturas, trouxeram melhorias na sua qualidade de vida. Cita, ainda, conhecimentos teóricos que lhe foram de grande valia, mencionando como exemplo a experiência de ter aprendido a elaborar projetos de captação de recursos. O entrevistado tem a percepção de que o IF contribuiu para ampliar a sua formação e aperfeiçoar sua atuação profissional.

Ao construir a percepção de como avalia o IF, E1 afirma que embora seja uma instituição relativamente nova no município, cumpre um papel importante junto à comunidade. Faz menção ao fato da instituição atender um público de baixa renda, carente de oportunidades. Ao avaliar aspectos da formação adquirida para a sua vida pessoal, E1 relata que o contato com seus colegas e professores o motivou para “novos sonhos”, que sua postura de vida mudou e que “o mundo ficou pequeno”, frente a tudo que pretende fazer na busca de novos conhecimentos e

oportunidades. Atesta que o curso contribuiu para melhorar sua postura em relação à realidade social e local, principalmente em razão de ter experimentado a socialização do conhecimento no decorrer das aulas, exercitada pelas professoras mediante a prática de dinâmicas em grupo.

E1 compreende que as experiências vivenciadas durante a sua formação foram essenciais para que dê continuidade aos estudos. Afirma o propósito de ampliar a sua formação profissional e relata estar inscrito em novo processo seletivo. Com orgulho, narra que sua postura tem influenciado positivamente sua esposa e filho, aprovado recentemente na seleção do curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ofertado pelo campus Restinga, IFRS.

Ao traçar suas expectativas, E2 revela que tem muito a aprender e que hoje se vê motivado para desafios maiores. Está se preparando para dar continuidade aos seus estudos, referindo o interesse no curso técnico subsequente em Administração, pois complementar a sua formação profissional.

Ao considerar positiva a avaliação que faz da sua formação, E3 cita diversas influências experimentadas e novas expectativas de vida. Relata experiências que o levaram a compreender melhor a sua própria realidade, especialmente quanto à percepção de sua vocação. Exemplo disso é que E3 está cursando uma graduação no mesmo itinerário formativo do curso técnico que frequentou. Ao revelar que “se descobriu” durante o curso, refere ter escolhido, inclusive, a área de concentração que pretende investigar na sua pós-graduação.

E4 reflete sobre como avaliar o curso técnico que frequentou. Pondera que foi muito positivo ao criar a unidade do grupo de alunos e de cultivar o convívio comunitário. Considera importante o fato do IF ter adequado sua estrutura e conteúdos didáticos à realidade vivenciada no meio rural. Ressalta que embora não tenha conhecimento sobre o trabalho realizado e a política implementada pelos IFs, avalia que ao reconhecer o valor do campo e suas dificuldades, dá um passo significativo para a compreensão de determinadas realidades. Tem para si que a interação, a troca de experiências, contribuiu “para a vida”. O entrevistado demonstrou muita vontade de conversar com os professores que ministraram o curso, referindo a curiosidade de saber se eles também aprenderam com a convivência.

Ao referir sobre momentos experimentados nos encontros de aula, o entrevistado relembra (de forma quase divertida) “conflitos” havidos por conta de

diferentes visões de mundo e de sociedade. Ao travar verdadeiro debate sobre os supostos benefícios advindos da informática e do uso de tecnologias, capitula diante das evidências empíricas de que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, embora condicione à premissa de que devem estar a serviço do homem, não o contrário.

O entrevistado traz à reflexão o papel que o indivíduo exerce durante sua existência, ao trilhar o caminho que marca a sua passagem pelo mundo. Observa que a tecnologia pode dar ao homem a única coisa que ele não consegue recuperar: o tempo. E indaga sobre qual seria a melhor destinação a ser dada a algo que compreende tão precioso, relacionando o tempo com a vida. Ao refletir sobre a própria indagação, E4 enaltece a importância de se cultivar a convivência entre as pessoas, o saber compartilhar e o quanto é relevante “alimentar uma amizade”. Valoriza o tempo que passa na companhia dos entes queridos e o quanto isso lhe faz bem. E sentencia que “não dá só para produzir! Precisamos de tempo para viver”!

De outra maneira, ao refletir sobre as suas expectativas relacionadas ao IF, diz que o aprendizado adquirido durante o curso permitiu melhorias e diversificação da sua atividade produtiva. Ao observar a importância do conhecimento, sob a ótica de que se constitui em fonte de poder, declina a expectativa de que o IF oriente suas ações pela preservação do meio ambiente.

Ao discorrer acerca do papel das instituições de ensino, apresenta a crítica de que muitas universidades orientam suas pesquisas a partir de estudos sobre a transgenia e o uso de agrotóxico. Reflete sobre os desafios de investigar soluções aos problemas da região, preservando a vida e mantendo o meio ambiente equilibrado. O entrevistado salienta a necessidade de se estabelecer um debate sobre a atividade agrícola e a produção de alimentos, destacando a importância de colocar no centro da discussão o indivíduo, não o mercado.

Ao falar da motivação de dar continuidade aos estudos, afirma seu interesse de ampliar ainda mais o seu conhecimento. E4 considera o aprendizado importante para compreender tudo o que está produzindo. E pretende seguir aprendendo, sempre.

O Quadro 4 apresenta uma síntese das principais ideias traçadas pelos egressos, organizadas de acordo com os temas (1) formação e (2) atuação profissional.

Quadro 4: Síntese das principais ideias dos egressos

Egresso 1 (E1)	Egresso 2 (E2)	Egresso 3 (E3)	Egresso 4 (E4)
<p>1. Percepção de que a formação contribuiu para compreender sua atividade e ampliar sua capacidade de trabalho; Avalia que os conhecimentos teóricos e práticos estão possibilitando novas oportunidades de trabalho;</p> <p>2. Percepção de que o aprendizado permitiu ampliar a atuação profissional, especialmente no manejo de sistemas operacionais de relevância comercial. Compreende que as experiências vivenciadas durante a sua formação foram essenciais para que dê continuidade aos estudos. Expectativa de ampliação da qualificação e oportunidades de atuação profissional.</p>	<p>1. Percepção de que a conquista do emprego, além do seu próprio esforço, está relacionada à qualidade da formação e à imagem que o IF goza no meio empresarial. A Formação técnica lhe proporcionou visão mais acurada do mercado e o conhecimento necessário para acesso e permanência no emprego;</p> <p>2. Conhecimento e professores bem preparados e atualizados contribuíram para o aprimoramento das suas habilidades. Ao traçar suas expectativas, revela interesse em outros cursos técnicos, complementando a qualificação profissional.</p>	<p>1. Percepção de que a formação técnica aprimorou a compreensão da sua prática laboral e do ambiente de trabalho. Percepção de que a formação contribuiu para que compreendesse sua própria realidade;</p> <p>2. Avalia que a integração dos conhecimentos teóricos e práticos contribuiu para o aprimoramento da sua atuação profissional. Motivação para seguir se aprimorando. Hoje cursa uma graduação no mesmo itinerário formativo do curso técnico que frequentou.</p>	<p>1. Percepção de que a formação e o aprendizado de novas tecnologias trouxeram melhorias na sua qualidade de vida. Uso da informática e de novas tecnologias contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, se está a serviço do homem;</p> <p>2. Formação contribuiu para aperfeiçoar sua atuação profissional. Aprendizado permitiu melhorias e diversificação da atividade produtiva. Percepção de que o aprendizado é importante para compreender tudo que está produzindo. Motivação de dar continuidade aos estudos para se aprimorar e seguir aprendendo, sempre.</p>

Fonte: Elaboração do autor.

Ao analisar as percepções e expectativas dos egressos do campus Viamão, acerca da contribuição do IFRS na sua formação e atuação profissional, se destacam os entendimentos relacionados à qualidade da formação ofertada, que teria auxiliado para o aprimoramento da atuação profissional. Ainda, se depreende que as expectativas estão associadas à percepção de que a formação e o aprendizado ampliam as oportunidades de trabalho, tanto presente quanto futura, visto o propósito dos entrevistados em dar continuidade aos estudos. Ainda, por conta da análise do conteúdo das entrevistas, se verifica que os egressos exerciam atividade laboral na área em que cursaram a formação técnica.

Por oportuno, ao se estabelecer um paralelo com os estudos empíricos relacionados na seção correspondente, no segundo capítulo, é possível constatar semelhanças e diferenças quanto aos resultados alcançados. Neste íterim, embora as conclusões de Sampaio (2013) referenciem que o IF se constituiu num diferencial importante para os alunos egressos, aponta problemas estruturais voltados à escassez de oportunidades de trabalho e valorização profissional. Palasios (2012, p. 105), em linha argumentativa similar, refere que “há considerável contingente de egressos que não trabalha e tem dificuldade de encontrar emprego na área de formação”, embora os egressos afirmem que “os cursos do Instituto atendem as necessidades de inserção dos profissionais no mercado de trabalho”. Contudo, se assevera que Sampaio (2013) aplicou questionários eletrônicos, com perguntas

fechadas, a um universo de 2.245 egressos; e Palasios (2012), questionários mistos para 109 egressos. As diferentes conclusões, nesse sentido, estão relacionadas ao escopo da pesquisa e devem ser compreendidos dentro do seu contexto específico.

Ressalvados os objetivos e as metodologias adotadas em cada estudo, se destacam os resultados obtidos quanto à percepção da efetiva contribuição do IF como agente de desenvolvimento territorial, como referem Sampaio (2013), Silva e Terra (2013) e Palasios (2012). De outra forma, Moura (2010), ao participar de audiência pública e verificar as percepções dos atores quanto às questões do território, demonstra a relevância da interação entre os atores do território, expectativas também presentes nas análises realizadas quanto aos gestores institucionais e atores sociais locais no presente estudo.

Como é possível perceber, o fluente estudo não é exaustivo, tampouco tem a pretensão de abordar todos os aspectos relacionados à contribuição dos IFs no desenvolvimento do território. A investigação teve por objeto principal a análise da percepção e a expectativa da contribuição do IFRS, por meio da EPT, no desenvolvimento territorial de Viamão. Assim, o próximo capítulo apresenta as respostas aos objetivos propostos e as conclusões do estudo.

5 CONCLUSÃO

A proposta que conduziu este estudo foi a de analisar as diversas percepções e expectativas acerca da contribuição do IF no desenvolvimento territorial de Viamão, por meio da oferta de educação profissional.

Do arcabouço legal e documental que fundamentou a atuação institucional dos IFs, se verificou que são responsáveis por ofertar EPT em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local. Como se analisou, entre suas finalidades está a de orientar a sua oferta formativa em sintonia com a vocação e as potencialidades locais, pois devem promover o desenvolvimento socioeconômico do território, conforme se denota da leitura dos incisos I e IV do art. 6º, da Lei 11.892 (BRASIL, 2008a).

Consoante se infere da análise do texto legal, especialmente no que pertine ao inciso IV do supramencionado dispositivo de lei, se depreende a necessidade de promoção de diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento existentes, devendo haver sintonização da oferta formativa com essas potencialidades, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das organizações e identidades locais. Por conta disso, na sua intervenção, os IFs devem explorar as potencialidades de desenvolvimento e vocação produtiva, construindo saberes que possibilitem ao indivíduo a capacidade de gerar conhecimento a partir da prática interativa com o seu *locus*.

Ao traçar o caminho trilhado pela rede federal, desde sua instituição em 1909, até a criação dos IFs em 2008, se verificou a ruptura com um modelo que primava em formar tão somente para o mercado de trabalho. As concepções e diretrizes dos IFs, além de apontarem para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do território, asseguram processo de inserção cidadã, na perspectiva de reafirmar que a formação do indivíduo, com a elevação da sua escolaridade, precede a formação para o trabalho. Tal concepção traduz uma política emancipatória, permitindo que o indivíduo permaneça em constante desenvolvimento.

Ao se investigar as percepções e as expectativas dos gestores institucionais dos IFs e dos atores sociais locais (dirigentes públicos e privados e associações comerciais), quanto à contribuição do IFRS no desenvolvimento de Viamão, se

constatou a percepção comum de que o IF é agente de desenvolvimento territorial, embora se observe diferentes dimensões desse entendimento. Quanto às expectativas elencadas pelos entrevistados, se verifica uma diversidade considerável de concepções, o que evidencia, em certo grau, desconhecimento das políticas implementadas pelos IFs por parte de determinados atores sociais locais. Embora haja grande expectativa quanto a sua contribuição para o desenvolvimento da região, certamente se impõe maior interação entre os atores que atuam no território, com vistas à compreensão das atribuições institucionais de cada um, gerando maior colaboração.

De outra forma, a análise da percepção e das expectativas dos egressos do IFRS, campus de Viamão, em relação à contribuição da instituição na sua formação e atuação profissional, constatou entendimento relacionado à qualidade da formação ministrada, que teria contribuído para aperfeiçoar a atuação profissional. As expectativas, muito positivas em todas as análises, dizem respeito, principalmente, à ampliação das oportunidades de formação e de trabalho.

Ademais, se verificou a existência de expectativas dos egressos quanto às futuras ações do IF, especialmente sobre a criação de novos cursos. Num outro viés, egressos também apresentam expectativas quanto a intervenção do IF no território, notadamente no que se refere às pesquisas aplicadas e ações de extensão, dialogando com o desenvolvimento sustentável.

No que se relaciona à identificação das percepções e das expectativas dos atores sociais locais, no que tange à formação e atuação profissional dos egressos do IFRS, campus Viamão, se constatou que apenas dois atores sociais locais afirmam conhecer egressos do campus Viamão, o que pode ser explicado pelo pouco tempo de implantação da unidade. A percepção dos atores é de que a formação adquirida pelos egressos aperfeiçoou a atuação profissional, principalmente em razão da constatação de que o aprendizado estimulou o aprimoramento de processos e produtos, bem como permitiu melhorias significativas na organização do trabalho. Embora a percepção tenha sido limitada, os atores sociais locais salientam a expectativa quanto à formação da mão de obra qualificada.

Ao formar arcabouço normativo, que revela a vocação institucional dos IFs, com a percepção de um conjunto representativo de atores envolvidos com a dinâmica de funcionamento destas instituições, a experiência vivenciada em Viamão

foi capaz de evidenciar a consciência de que o funcionamento de um IF gera considerável expectativa de desenvolvimento no território em que é instalado. A investigação acerca dos impactos efetivos da implantação de um campus do Instituto, na economia do território, é um esforço viável em pesquisas futuras, que terão, por evidente, de adotar metodologia e referencial teórico diverso.

Por fim, é com base no tipo de abordagem aqui apresentada que se pode inferir a atualidade e a riqueza de perspectivas do objeto de pesquisa. O potencial acadêmico não esgota a relevância do tema, uma vez que, por se tratar de política pública inovadora e em implantação, a RFEPCT em muito poderá se beneficiar de análises que visem avaliar as diversas dimensões de contribuições dos IFs nas comunidades de sua área de abrangência. Destarte, é um tema atual, relevante para o futuro do país e de inegável valor heurístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 15 jan. 1937.

_____. Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 17 de fev. 1959.

_____. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

_____. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

_____. Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jul. 1978.

_____. Lei n.º 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 dez. 1994.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005.

_____. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008a.

_____. Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011.

_____. Decreto-Lei n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 27 fev. 1942a.

_____. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909.

_____. Decreto n.º 8.673, de 03 de fevereiro de 1942. Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 03 fev. 1942b.

_____. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

_____. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

_____. Decreto n.º 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 fev. 2007.

_____. MEC/SETEC. **Concepções e Diretrizes** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/SETEC, 2008b.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **Expansão da rede federal**. 2015. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 14 nov. 2015

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago; BERCOVICI, Gilberto. **Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides**. São Paulo, SP: Malheiros, 2001.

GRAU, Eros Roberto. Comentário ao art. 170, inciso VII. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lênio L. (Coords.) **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. p. 1818-1819.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **IBGE | Cidades | Infográficos | Rio Grande do Sul | Viamão | Dados Gerais**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=432300&search=>

rio-grande-do-sul%7Cviamao%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 19 set. 2014.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas – 1956-1961. In LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

MOURA, Emanuel Alves de. **Inserção dos Institutos Federais e o desenvolvimento local: um estudo de caso em Laranjal do Jari – AP**. 2010, 51p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PACHECO, E. M. **Os institutos federais: uma revolução profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Fundação Santillana, 2011.

PALASIOS, Paulie Ceres. **A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres: perspectiva e possibilidades**. 2012, 147p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEDROSO, Paulo. **Formação e desenvolvimento rural**. Oieras: Celta, 1998.

SAMPAIO, Marcus Vinícius Duarte. **Educação Profissional: a expansão recente do IFRN e a absorção local de egressos no mercado de trabalho**. 2013, 183p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Domingos. A perspectiva territorialista. In: COSTA, José Silva; NIJKAMP, Peter (Coords.). **Compêndio de Economia Regional: teoria, temáticas e políticas**. Cascais: Princípia, 2013. v. 1.

SILVA, A.R. da; TERRA, D. C. T.. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 2013, Curitiba. Anais do I Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba: Universidade Federal Tecnológica do Paraná, 2013.

SOUZA, Heron Ferreira; XAVIER, A. de S. Desenvolvimento, territorialidade e sustentabilidade: análise propositiva à dinâmica territorial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CEFET-MG, 2010.

STOHR, Walter. Changing external condition and paradigm shift in regional development strategies. **Estudos de Economia**, Lisboa, n. IV, 1984, p. 461-465.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, M. C., BELLUZZO, L. G de M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, R. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, São Paulo, SP: Brasiliense, 1982, p. 122-140.

ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; ARNS, Paulo C. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.

ANEXOS

Anexo 1: Mapa da rede federal de EPT



Fonte: Brasil (2015).

Anexo 2: Entrevista com Gestores Institucionais

1. Com base nas concepções e diretrizes dos Institutos Federais (IFs), o que entende por “desenvolvimento territorial”?
2. A partir das finalidades que caracterizam os IFs, que ofertam Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; e com base na concepção da EPT e da sua função no desenvolvimento do território, qual é a sua avaliação quanto às contribuições dos IFs para o desenvolvimento territorial?
3. IFRS está implantando um câmpus no município de Viamão. A partir das concepções e diretrizes dos IFs, qual sua expectativa e sua percepção quanto as possíveis contribuições do IFRS no desenvolvimento do município?
4. Em sua opinião, de que forma os IFs devem interagir com os atores sociais locais com vistas ao desenvolvimento territorial?

Anexo 3: Entrevista com Atores Sociais Locais

1. O que o Sr. (a) entende por “desenvolvimento territorial”?
2. A partir da implantação de um campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul no município de Viamão, quais as suas expectativas e sua percepção quanto às contribuições da unidade para o desenvolvimento de Viamão? Justifique.
3. O campus Viamão ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada no decorrer de 2014. O Sr. (a) conhece algum aluno egresso desses cursos ofertados pelo IFRS? Se sim, como avalia a formação e atuação profissional do aluno? Justifique.
4. Em sua opinião, de que forma o Instituto Federal deve interagir com a instituição que o Sr. (a) representa, com vistas ao desenvolvimento de Viamão?

Anexo 4: Entrevista com egressos

1. Em qual curso e em que ano se formou no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, câmpus Viamão?
2. O curso realizado proporcionou melhor formação? Justifique.
3. Qual foi a principal contribuição oferecida pelo curso?
4. Você trabalha na área de formação do curso?
5. Como você avalia os conhecimentos teóricos adquiridos na sua área de formação?
6. Como você avalia os conhecimentos práticos adquiridos na sua área de formação?
7. Como você avalia seu nível de aprendizagem durante o curso?
8. Como você qualifica os seus professores?
9. Como você avalia o curso que concluiu?
10. Como você avalia a instituição de ensino?
11. Como você avalia a formação adquirida na sua vida profissional? E pessoal? Justifique.
12. O curso contribuiu para melhorar sua postura em relação ao exercício da cidadania? Justifique.
13. O curso contribuiu para melhorar sua postura em relação a realidade social e local? Justifique.
14. O curso contribuiu para melhorar seu entendimento sobre aspectos da economia local e do seu país? Justifique.
15. O curso contribuiu para melhorar seu entendimento sobre as relações de produção e o mercado de trabalho? Justifique.
16. Como você classifica seu nível de aprendizado durante o curso?
17. Sua qualidade de vida melhorou após a conclusão do curso? Justifique.
18. Após a conclusão do curso, pensa em dar continuidade aos estudos? Justifique.